

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
JORNALISMO: BACHARELADO

LAVÍNIA DOS SANTOS MACHADO

**COMO CONSTRUIR UM JORNALISMO ANTIRRACISTA:
COMPREENSÕES, PRÁTICAS E REFLEXÕES
PARA JORNALISTAS E ESTUDANTES**

Frederico Westphalen, RS
2023

LAVÍNIA DOS SANTOS MACHADO

**COMO CONSTRUIR UM JORNALISMO ANTIRRACISTA:
COMPREENSÕES, PRÁTICAS E REFLEXÕES
PARA JORNALISTAS E ESTUDANTES**

Trabalho de Conclusão de Curso II
apresentado ao Curso de Jornalismo:
Bacharelado, do Departamento de Ciências
da Comunicação da Universidade Federal de
Santa Maria, Campus Frederico Westphalen.

Orientador: Prof. Dr. Reges Toni Schwaab

Frederico Westphalen, RS
2023

Lavínia dos Santos Machado

**COMO CONSTRUIR UM JORNALISMO ANTIRRACISTA:
COMPREENSÕES, PRÁTICAS E REFLEXÕES
PARA JORNALISTAS E ESTUDANTES**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao
Curso de Jornalismo: Bacharelado, do Departamento
de Ciências da Comunicação da Universidade
Federal de Santa Maria, Campus Frederico
Westphalen.

Aprovado em 25 de janeiro de 2023

**Reges Toni Schwaab, Dr. (UFSM)
(Orientador)**

Mirian Redin de Quadros, Dra. (UFSM)

Carla Beatriz de David Ernesto (UFSM)

Frederico Westphalen, RS
2023

Dedico este trabalho para todos os negros que um dia sentiram que não tinham alma pela crueldade do outro. Dedico este trabalho para todos os negros que sofreram e sofrem preconceito em um país que não reconhece a sua história. Dedico este trabalho a todos os negros que resistiram e lutam para que hoje eu pudesse estar aqui. No caminho da luz todo mundo é preto.

AGRADECIMENTOS

Viver os quatro anos da graduação só foi possível porque neste caminho pessoas acreditaram e estiveram comigo em todos os momentos, assim, não poderia deixar de agradecer aqueles que compraram a minha ideia e seguraram a minha mão.

Início agradecendo a minha mãe Rosane e vó Braulina por sempre me apoiarem e terem me dado a liberdade naquele ano de 2019 de sair de casa e cortar o cordão umbilical para que eu pudesse seguir o meu sonho de cursar Jornalismo. Sem o suporte, afeto e apoio de vocês duas, isto não seria possível. Agradeço também ao meu irmão Yuri que mesmo de longe sempre foi base e refúgio em vários momentos, obrigada pela nossa sintonia e por permanecer.

Fora a família de sangue, Frederico me proporcionou uma família de amigos, aqueles que se tornaram casa e puderam ter as melhores e piores versões de Lavínia Machado. Em especial agradeço ao meu trio Bárbara Linhares e Marcos Pellegatti por estarem ao meu lado sempre nestes quatro anos. Vimos tantos colegas trancarem o curso, amizades juradas eternas terminadas, feliz em saber que seguimos fortes e principalmente aprendemos a respeitar o nosso processo, a gente conseguiu e foi lindo. Agradeço a minha companheira de apartamento 202 Renata Dornelles por ter topado abrir sua casa para uma desconhecida, mas o desconhecido virou família e pude ter a sorte de ter encontrado uma amiga para conviver diariamente. O 202 sempre vai ser lembrado com muito carinho, patadas leves e acolhimento. Mesmo ressaltando estas três pessoas fica aqui o meu agradecimento a todos os amigos que chegaram e ficaram comigo, não são poucos, mas foram especiais e levarei comigo sempre.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Reges Toni Schwaab que sempre admirei e tive como um norte nestes quatro anos, obrigada por ter comprado a minha ideia e não ter desistido de mim nestes dois últimos semestres de trabalho de conclusão de curso, feliz por ter trabalhado e ter sido orientada por alguém com um olhar tão humano e principalmente compreensível. Agradeço a Universidade Federal de Santa Maria – Campus Frederico Westphalen pelo ensino público e gratuito mesmo em meio há um descaso de desmonte da educação no Brasil, novos dias estão por vir e são melhores nesta perspectiva.

Metaforicamente agradeço ao samba e ao rap, sim, agradeço a música. O processo de escrita deste trabalho só aconteceu porque busquei na música preta inspiração e fonte de refúgio, sentir o samba, ouvir as estrofes de rap que muito nos ensinam sobre a história foram parte importante neste processo.

E não menos importante agradeço a mim por não ter desistido. A Lavínia de quatro anos estaria feliz com a Lavínia de hoje, o processo é árduo, desgastante, demanda escolhas difíceis, porém procurei sempre trabalhar da melhor forma para atender o meu objetivo de potencializar vozes negras.

RESUMO

COMO CONSTRUIR UM JORNALISMO ANTIRRACISTA: COMPREENSÕES, PRÁTICAS E REFLEXÕES PARA JORNALISTAS E ESTUDANTES

AUTOR: Lavínia dos Santos Machado
ORIENTADOR: Prof. Dr. Reges Toni Schwaab

Este estudo tem como objetivo pensar formas de construir um jornalismo antirracista no Brasil, com base na compreensão do racismo, nas práticas profissionais e em reflexões sobre a atualidade do tema para jornalistas e estudantes. A proposta é identificar e compreender a inserção do debate antirracista nas práticas jornalísticas, contextualizar aportes e processos para o jornalismo antirracista, e desenvolver um manual antirracista para jornalistas e estudantes de jornalismo. A história do Brasil é moldada e contada com base em uma dominação branca e uma cultura com raízes que impactam todo sistema social. O jornalismo também foi desenvolvido dentro da herança da escravidão e o imaginário que sustenta o racismo também o afeta. Com isso, a proposta da construção de um manual para jornalistas e alunos é oferecer, de forma didática e dialogada, elementos que possam ajudar, de forma crítica, no combate ao preconceito e ao racismo no jornalismo e nas suas práticas.

Palavras-chave: Jornalismo. Racismo. Antirracismo.

ABSTRACT

HOW TO BUILD AN ANTI-RACIST JOURNALISM: UNDERSTANDINGS, PRACTICES AND REFLECTIONS FOR JOURNALISTS AND STUDENTS

AUTHOR: Lavinia dos Santos Machado
ADVISOR: Prof. Dr. Reges Toni Schwaab

This study aims to think about ways to build an anti-racist journalism in Brazil, based on the understanding of racism, professional practices and reflections on the current relevance of the topic for journalists and students. The proposal is to identify and understand the insertion of the anti-racist debate in journalistic practices, contextualize contributions and processes for anti-racist journalism, and develop an anti-racist manual for journalists and journalism students. The history of Brazil is shaped and told based on white domination and a culture with roots that impact every social system. Journalism was also developed within the legacy of slavery, and the imagery that sustains racism also affects it. Thus, the proposal of the construction of a manual for journalists and students is to offer, in a didactic and dialogued way, elements that can help, in a critical way, to combat prejudice and racism in journalism and its practices.

Keywords: Journalism. Racism. Anti-Racism.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 - Cantor Djonga em show	40
Figura 2 - Capa de divulgação do documentário	41
Figura 3 - Paulo Nazareth, Black neger do projeto Cadernos de África, 2012/2013	44
Figura 4 – Cargo no veículo do trabalho presencial	47
Figura 5 - Exemplos de chamadas nos portais	48
Figura 6 - Em pauta com jornalista brancos	51
Figura 7 – Em pauta com jornalistas pretos para fomentar o debate	52

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 ENTENDENDO A CONCEPÇÃO DE RAÇA	15
1.1 UMA FERIDA ABERTA CHAMADA ESCRAVIDÃO	17
1.2 O BRANQUEAMENTO E A DEMOCRACIA RACIAL	20
2 RACISMO E ANTIRRACISMO	24
2.1 A RESISTÊNCIA NEGRA	30
2.1.1 FALA <i>VERSUS</i> ESCUTA	34
3 RESISTÊNCIA NO CAMPO SIMBÓLICO	38
3.1 O JORNALISMO NEGRO CONTEMPORÂNEO	45
4 AÇÕES PONTUAIS	54
5 BREVE MANUAL DE JORNALISMO ANTIRRACISTA	56
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	69

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo pensar e desenvolver formas de construir um jornalismo antirracista atualmente no Brasil por meio de compreensões, práticas e reflexões para jornalistas e estudantes, percorrendo sobre concepções e conceitos importantes dentro da luta antirracista, seu histórico, seu desenvolvimento e implicações nas práticas do campo da comunicação. A proposta é oferecer reflexões que sustentem a elaboração de um manual antirracista para jornalistas e estudantes de jornalismo, criando ferramentas didáticas no apoio educacional e acadêmico para um jornalismo antirracista que ajudem no enfrentamento e erradicação do preconceito e do racismo, tornando o jornalismo plural e transformador dentro da comunicação.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), De acordo com dados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada em julho de 2022, a população brasileira cresceu com mais pessoas negras e pardas. A população subiu para 212,7 milhões em 2021, alta de 7,6% em comparação com 2012. O percentual de quem se autodeclara preta subiu de 7,4% para 9,1% e pardas de 45,6% para 47%, isso representa mais de 54% da população Brasileira.

Mesmo que este número, na teoria, signifique muito, na prática e nos espaços de convívio o negro é minoria, exatamente por viver e estar todos os dias à mercê de um sistema racista, escravocrata e colonizador.

Com este dado numérico de importante expressividade, é preciso entender a transição de escravismo até o racismo atual e como chega nos dias atuais a expressão do racismo diariamente no convívio. De igual maneira, é preciso compreender os tipos de racismos no Brasil. Em ambos os temas, trabalho com autoras e autores como Djamila Ribeiro (2016); Grada Kilomba (2019); Jessé Souza (2017); Jurandir Freire Costa (1990); Neusa Santos Souza (2022); Silvio de Almeida (2019) e Sueli Carneiro (2022).

Ainda, para falar de racismo, não posso deixar passar pela discussão do antirracismo hoje na formação acadêmica e como as estruturas atuais profissionais e de ensino precisam de mais ações nessa perspectiva. Neste trabalho, antirracismo é discutido a partir de Alastair Bonett (2000); André Sodré (2018); Djamila Ribeiro (2019); Francisco Leite (2021) e Silvio de Almeida (2019).

Se as pessoas nascem e convivem com o racismo, que se apresenta de forma estrutural e naturalizada e de forma inconsciente, é preciso ser antirracista não somente da boca para fora, mas, principalmente, na vida. No campo da comunicação não é diferente e, felizmente, a

discussão do antirracismo está cada vez mais ganhando espaço. O Brasil é um país que tardiamente teve abolição da escravidão comparado ao Chile que aplicou a Lei da abolição da escravidão Chilena em 1823 e na Holanda em 1821. O Brasil não sabe lidar com todas as feridas que seguem abertas. A experiência de um povo escravizado se contrapõe a uma comunicação feita por pessoas majoritariamente brancas. Se buscado brevemente na memória, foi muito demorado para chegar na discussão racial em todas as formações acadêmicas, entre ensino fundamental, médio e graduação. O que aprendemos nada mais foi do que uma utopia de colonização, a história que nos entregam a vida toda não passou de uma mera romantização de um episódio triste e dolorido. Para formar comunicadores que entreguem de fato a realidade ao telespectador, é necessário olhar para dentro das nossas universidades e implementar uma forma antirracista de fazer jornalismo, não somente com pinceladas sobre o tema, mas com disciplinas, debates e práticas queensem os profissionais e os professores que estamos formando. A discussão do jornalismo antirracista é um exercício básico para a profissão desconstruindo hierarquias sociais e o racismo dentro da sociedade como um todo.

Por viver em um país racista, o negro não é representado nem é maioria dentro dos espaços públicos e profissionais. Atualmente, somente 20,10% dos profissionais da imprensa se autodeclaram pretos ou pardos. Analisando a situação de pessoas brancas, 61,8% dos cargos gerenciais dentro das redações são ocupados por elas. Como comunicar, de forma antirracista, se os espaços estão ocupados, majoritariamente, por pessoas brancas? Lembrando que uma comunicação antirracista não é somente para pessoas pretas, mas sim para todos. A comunicação antirracista tem um papel de fazer a quebra no mito da “democracia racial”. Por isso, pretendo trabalhar com o questionamento sobre como construir um jornalismo antirracista.

O objetivo geral do trabalho é construir aportes e reunir discussões em torno da proposta de um jornalismo antirracista, debatendo concepções, práticas e oferecendo reflexões para jornalistas e estudantes. Já os objetivos específicos compreendem: (a) identificar e compreender a inserção do debate antirracista nas práticas jornalísticas; (b) contextualizar aportes e processos para o jornalismo antirracista e, assim, (c) desenvolver um breve manual antirracista para jornalistas e estudantes de jornalismo.

Se estou inserida hoje no país que mata a cada 23 minutos um jovem negro no Brasil, é preciso, de forma urgente, se desconstruirmos e aprender formas novas de questionar-se, quebrando estereótipos racistas já enraizados e dando nome e sobrenome para que ninguém mais vire apenas uma estatística.

Sendo uma mulher preta, cresci em uma rede de apoio onde aprendi a me amar e que eu poderia ser amada, dentro de um ciclo que buscou me proteger e desviar desse racismo cotidiano, posso dizer que cresci em um lugar de ascensão e privilégio como pessoa preta, mas sempre era a única em todos os círculos que eu frequentava. De forma inconsciente, sempre procurei me destacar de tudo e de todos, o que enxergo hoje ser fruto de um sistema que bate incansavelmente na pessoa preta todos os dias. Achava que tinha um tipo de consciência racial mínimo, mas foi somente quando entrei na universidade federal que eu vi que eu não sabia nada. Me vi cercada de pessoas negras (o que antes nunca tinha acontecido) e o estalo para o estudo da temática racial se fez ali.

Hoje, mesmo com uma rede de pessoas pretas à minha volta ainda me incomodo, pois sei que esse número poderia e deveria ser mais significativo. Por vezes, me pego pensando em algum sonho jornalístico, profissionalmente falando, e caio no mesmo lugar: como vou chegar neste patamar, será mesmo que as pessoas querem ver uma pessoa preta neste lugar de ascensão? É dentro destes pequenos limbos e gatilhos que reforço a importância de construirmos um jornalismo antirracista, um jornalismo que nos represente e desconstrua o imaginário que o branco colonizador criou.

Construir este trabalho e ter contato com muitas das leituras e autores que você verá nele, me fizeram cada vez mais ter certeza de que estamos caminhando pelo certo, mas ainda tem muita estrada pela frente. Quando Emicida diz na música *Principia* que “no caminho da luz todo mundo é preto”, ele está certo. A nossa origem africana anda sempre ao nosso lado.

No primeiro capítulo deste trabalho, falarei sobre a concepção de raça, como se deu o processo de escravidão no Brasil e todo o processo até a abolição da escravidão. Em seguida, trabalharei as definições de branquitude e de democracia racial. Com isso você irá ler os escritores Abdias do Nascimento (1978); André Sodré (2018); Andreas Houfbauer (2016); Arethusa Helena Zero (2003); Inês Osório (2015); Kabengele Munanga (2003); Silvio de Almeida (2019) e Stuart B. Schwartz (1987).

No segundo capítulo, você poderá entender o que é racismo e os tipos de racismo identificados no Brasil, assim como as definições atuais de antirracismo. Ao mesmo tempo, procuro entender a resistência negra na história da imprensa, o movimento negro e sua importância, para encaminhar a leitura sobre o lugar de fala e o lugar de escuta. Nesse capítulo, você terá contato com ideias dos escritores Alastair Bonnett (2000); Andreea Deciu Ritivoi (2016); Ângela Pereira Oliveira (2017); Clóvis Moura (2002); Deivison Campos (2021); Djamilia Ribeiro (2019); Dom Hélder Câmara (2017); Francisco Leite (2021); Grada Kilomba (2019); Jessé Souza (2017); Jurandir Freire Costa (1990); Rafael Petry Trapp e

Mozart Linhares da Silva (2011); Silvio de Almeida (2019); Sueli Carneiro (2011) e Ynaê Lopes Santos (2022).

Na sequência, o terceiro capítulo faz uma reflexão de como a arte é forma de resistência. Na música, você encontrará nomes como Leci Brandão, Emicida, Racionais MC's, Jorge Aragão e Djonga, na literatura Aline Motta, Eustáquio Neves, Rosana Paulino, Paulo Nazareth, Helô Sanvoy, Jota Mombaça, Arjan Martins, Nadia Taquary, Antonio Obá, na arte Aline Motta, Eustáquio Neves, Rosana Paulino, Paulo Nazareth, Helô Sanvoy, e na poesia Solano Trindade. O capítulo ainda percorre, brevemente, o jornalismo negro contemporâneo, com exemplos de portais de comunicação como *Alma Preta de Jornalismo*, *Notícia Negra* e alguns exemplos de podcasts e coletivos na causa antirracista.

O quarto capítulo é voltado para ações pontuais que, atualmente, associações de jornalistas e universidades têm oferecido para a promoção da igualdade e o antirracismo como uma ferramenta de luta, foram pontuados neste capítulo a Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ), o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo (SJSP), a Comissão de Jornalista pela Igualdade Racial (Cojira) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

No quinto capítulo apresento um breve manual de jornalismo antirracista para estudantes e jornalistas. A proposta é oferecer de uma forma didática e dialogada, elementos que ajudem no combate ao preconceito e racismo no jornalismo e suas práticas. Assim, traçar reflexões para que todos que se interessem no aprofundamento do aprendizado da prática antirracista, entendam que todos somos agentes nesta luta que é globalizada. O objetivo deste breve manual é compreender práticas para desenvolver e construir um jornalismo antirracista ofertando verbetes, expressões-chaves e aportes que irão ajudar na construção de um jornalismo plural.

No sexto e último capítulo apresento as conclusões finais do trabalho com percepções baseadas nos objetivos gerais e específicos do trabalho.

1 ENTENDENDO A CONCEPÇÃO DE RAÇA

Na primeira vez em que o termo raça foi empregado, as supostas marcas de superioridade e inferioridade davam início à uma história danosa de emprego desse conceito, mas uma coisa não pode ser negada: em todos os momentos em que a palavra apareceu na história, foi intencional. Somos uma espécie exatamente porque formamos um conjunto de seres, entre homens e mulheres, que constituem casais fecundos, caso essa classificação não existisse, a classificação de outras espécies no universo não seria nem conhecida. Neste contexto, para poder falar de racismo é preciso entender a dimensão de raça.

Para Almeida (2019), todos os acontecimentos que ocorreram por volta do século XVI puderam fornecer o sentido específico para a ideia de raça. Assim, a constituição política e econômica das sociedades, todos os conflitos em torno delas, fazem com que raça não seja um termo estático. Almeida (2019) pontua, ainda, que a expansão econômica mercantilista e a descoberta do novo mundo forjaram a base material a partir da qual a cultura renascentista iria refletir sobre a unidade e a multiplicidade da existência humana.

Se antes desse período ser humano relacionava-se ao pertencimento a uma comunidade política ou religiosa, o contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista abriu as portas para a construção do moderno ideário filosófico que mais tarde transformaria o europeu no homem universal e todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas (ALMEIDA, 2019, p. 18).

Em fala para o *Acervo Digital da Cultura Negra (2018)*¹, o pesquisador Muniz Sodré debate o uso da raça como um fundamento base do racismo. “O sistema de dominação não se apoia mais no conceito biológico de raça pois a antropologia já mostrou que todos temos praticamente o mesmo genótipo, o que muda é o fenótipo”. Com esta ideia, Sodré (2018) destaca que se não existe um genótipo radicalmente diferente, existe apenas uma raça que é a humana. Este sistema de dominação por meio de marcações apenas pelo fenótipo é o *modus operandi* de uma lógica de domínio.

Porém é preciso lembrar que a branquitude várias vezes se apoia na concepção de que “todos somos humanos” e isso faz com que práticas racistas sejam naturalizadas. Lélia Gonzales (1980) em “*Racismo e sexismo na cultura brasileira*” trabalha com as noções de consciência e memória na formação cultural de certas naturalizações.

Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui (GONZALES, 1980, p. 226).

O que Gonzales (1980) explica em seu artigo é que por mais que a consciência tente ter um

¹ Disponível em <https://acervo.cultne.tv/movimentos-sociais/movimento-negro/104/movimento-negro-contemporaneo/video/2578/comunicacao-e-racismo-prof-dr-muniz-sodre>

discurso dominante pela sua verdade, a memória tem a dialética de fazer a consciência se perder nas suas mancadas. A consciência reforça a ideia de o negro estar em um lugar de desconhecimento, o lugar de rejeição e principalmente “faz de tudo para nossa história ser tirada de cena” (GONZALES, 1980. p. 226).

Na perspectiva de raça pode ser feita uma reflexão sobre representação, João Freire Filho (2009) diz que a representação está ligada ao “uso dos variados sistemas significantes disponíveis para “falar por” ou “falar sobre” categorias ou grupos sociais, no campo de batalha simbólico das artes e das indústrias da cultura” (FILHO, 2009, p. 45). As representações distorcidas de classes, sexualidades, etnias e raças são forte tema dos estudos culturais e os estereótipos não se limitam. Segundo Filho (2009) “os meios de comunicação de massa são a grande fonte de difusão e legitimação dos rótulos”, e essa representação das minorias deve ter um maior embasamento teórico e histórico, no prisma de questionar as imagens sociais.

Para Munanga (2003), raça é uma realidade social, política e uma categoria etnosemântica. “Podemos observar que o conceito de raça tal como o empregamos hoje , nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação” (MUNANGA, 2003, p. 6), afirma. Os diferentes tons de pele até hoje não são apenas reduzidos no material, mas sim em uma diferença de hierarquia, os traços negróides como cabelo nariz e boca ajudam a materializar de fato a prática do racismo. Neste caso, quanto mais retinta a pelo, menos você será aceito pela sociedade.

1.1 UMA FERIDA ABERTA CHAMADA ESCRAVIDÃO

“Não entendemos o fenômeno da escravidão”. Essa é uma das frases mais repetidas por Sílvio de Almeida (2020) em seus estudos. Após 133 anos da abolição dos negros escravizados, ainda sentimos essa ferida aberta que sangra todos os dias. Sangra nos noticiários de jornais com manchetes sobre negros mortos, sangra nas estatísticas anuais de racismo e sangra no cotidiano de cada um que carrega consigo uma consciência preta.

Sílvio de Almeida (2020), em fala para a 4^o *Semana da Equidade Racia*², promovida pela Wunderman Thompson Brasil, ressalta que a escravidão é um norte para entender tanto o Brasil como o mundo. Nesse contexto, salienta que, “Todos os pensadores do Brasil têm a escravidão como um marco fundamental para o seu pensamento e isso é dividido em duas questões: a primeira é qual a identidade nacional que envolve a fala da escravidão, e a segunda é qual o lugar do Brasil na economia mundial”, Almeida (2020). Isto reafirma a lógica de que os estados e processos de industrialização da economia são conectados a escravidão.

De acordo com vídeo do canal *Toda Matéria* (2021)³ no *Youtube*, sobre a escravidão do Brasil, o primeiro navio com negros escravizados chegou ao Brasil no ano de 1535, em Salvador, na Bahia. Estas pessoas, tornadas escravas, jamais imaginariam que aquele era o marco do início da escravidão no Brasil. Por ter uma população pequena, Portugal não tinha como dispensar os seus habitantes para a suas colônias americanas, a escravidão foi uma resolução para suprir os braços que faltavam na exploração do novo território, o que já vinha sendo praticado na África. Primeiro foram os indígenas, vistos como preguiçosos, neste ponto os jesuítas tinham como objetivo catequizar os índios pois demonizavam as crenças e cultura indígena, assim, queriam impor o catolicismo e os costumes europeus. Em seguida, os negros africanos, capturados das regiões de Angola, Moçambique e Reino do Daomé. Ao falar de escravidão, não podemos fugir do comércio, o tráfico negreiro era um excelente negócio para a Europa, o que fazia com que três capitais se movimentassem. Formava-se assim um negócio lucrativo para espanhóis, portugueses, franceses e holandeses, em contrapartida, nos porões dos navios os escravizados eram submetidos a condições desumanas. Mantidos nus e separados por sexo, os homens eram vistos como animais e ficavam acorrentados. As mulheres eram abusadas sexualmente pela tripulação.

Em sua dissertação de mestrado sobre o transporte de escravizados no Atlântico, Osório (2015), apresenta o dado de que entre 1650 e 1700, mais de 90% das viagens realizadas e registradas pelo Slave Trade Database (STDB0) com navios negreiros de

² Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=0vJfMX2OZBc>

³ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=5gtxfHuf5c>

bandeira lusacumpriram o trajeto Brasil-África-Brasil.

De acordo com Osório (2015), enquanto os homens brancos ganharam dinheiro, o negro escravizado só passava a ser propriedade de outros produzindo toda uma riqueza no Brasil. Mas mesmo dentro da escravidão, foram criadas formas de resistência. A fuga dos negros era a forma mais comum de resistência negra no Brasil colonial, como descrito por Schwartz (1987, p. 62, tradução livre). Assim, “um problema característico do regime escravista brasileiro foi a existência das comunidades de fugitivos denominadas diversamentemocambos, ladeiras, magotes ou quilombos”.

Com o passar do tempo, ideias do liberalismo e do iluminismo foram adotadas pela sociedade europeia, e neste ponto da história, questiona-se a escravidão. Neste momento, a sociedade começava a questionar-se: a privatização da liberdade não combinava mais com uma nova etapa do capitalismo da indústria.

Até hoje, contestam-se os motivos da assinatura da Lei Áurea, pela Princesa Isabel, uma vez que o Brasil foi o último país do continente americano a abolir a escravidão no ano de 1888, o silenciamento e apagamento que existe sobre a escravidão é um escândalo. No ano de 2018, a revista *Super Interessante*⁴ publicou uma reportagem intitulada “Qual o real interesse por trás da libertação dos escravos no Brasil?”, abordando a abolição da escravidão no Brasil. De acordo com a matéria, o movimento abolicionista ganhou força em todo o mundo pelo século XIX, o que impulsionou ainda mais os ideais de liberdade da revolução Francesa e da Americana no século XVIII. Pela linha do tempo, a Revolução Industrial conseguiu criar o mercado consumidor que modificou todas as relações existentes de trabalho, com a valorização do trabalhador livre virando uma luta dos movimentos operários.

Em contrapartida, os ingleses almejavam expandir o mercado no Brasil, porém a escravidão não seria um fator positivo pois pela lógica, para conseguirem mais consumidores precisariam de mais trabalhadores livres com dinheiro. No ano de 1807, eles proibiram o tráfico de escravizados e, no ano de 1845, uma lei chamada Aberdeen dava permissão à Marinha Inglesa de prender e punir a tripulação de navios negreiros encontrados ao mar. Ao mesmo tempo, o governo brasileiro criou leis para proibir o desembarque de escravizados, já que o movimento abolicionista ganhou força nesta segunda metade do século XIX.

Entre 1864 e 1870, muitos negros lutaram com a guerra do Paraguai e o movimento abolicionista ficou mais forte, assim, forças na comunidade começam a surgir para apoiar o fim da escravidão. Com toda a pressão sobre o mercado o preço dos escravizados disparou, assim, o Império entendeu que um incentivo a imigração europeia era válido e renderia significativamente para fazendeiros e empresários explorarem o trabalho mal pago do que

⁴ Disponível em <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-o-real-interesse-por-tras-da-libertacao-dos-escravos-no-brasil/>

bancar custeio de escravizados. Rebeliões por meio da resistência negra aconteceram e assim, novas leis surgiram.

A lei do Ventre Livre (1871), dava liberdade aos filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir daquela data. Na prática era permitido que os escravizados comprassem a própria alforria. De acordo com Zero (2003), o filho da escrava era considerado menor de idade até os 21 anos. “Essa tomada de posição era aparentemente correta, porque estava perfeitamente respaldada nos princípios de direito que a justificavam” (ZERO, 2003, p. 2). Já para os escravos com mais de sessenta anos, a lei do Sexagenário, que entrou em vigor em 1885, dava margem para que a população negra vulnerável fosse jogada à mercê da própria sorte. A lei em breve reflexão é incoerente, pois os escravizados, muitas vezes, não chegavam até os 60 anos, considerando a violência e todo tipo de tortura sofrida.

Com todas as perspectivas da época e pressões políticas, especialistas afirmam que Isabel era alheia ao tema, e acabou entrando na luta pela pressão. O que se falava entre os fazendeiros, era que o fim da escravidão colapsaria a economia, o que de forma irônica não aconteceu em outros locais.

Com isto, no dia 13 de maio do ano de 1888 a Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, fez saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral decretou e assim ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brazil.

Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário.

A partir deste momento todas as autoridades que tinham conhecimento que a lei poderia ser executada, deveriam cumpri-la (BRASIL, 1888)

Após a assinatura da Lei Áurea os negros simplesmente foram jogados para a “tal liberdade” sem nenhuma alfabetização, consciência econômica ou de classe e moradia em boas condições. Levavam consigo a única coisa que os ensinaram a vida inteira: o trabalho braçal. Dentro da personagem perfeita que a Princesa Isabel montou, a Lei Áurea nada mais foi do que uma resposta à pressão social e econômica no objetivo de evitar que a população mais baixa se revoltasse contra a elite. Quando a família real foi embora do Brasil, o racismo ficou por aqui e cada vez piorou.

De acordo com Almeida (2020), historicamente existem explicações estruturais para que o racismo persista atualmente, a relação entre escravidão e a estrutura racista além de forte é presente no cotidiano. Assim, quando a família real vai embora do Brasil permaneceram presos costumes e padrões mentais escravocratas. Para Almeida (2020) racismo é uma marca que ficou pela escravidão e o colonialismo. Se pensar na linha de Almeida, a modernidade

e o capitalismo fazem com que a escravidão e o racismo sejam elementos constitutivos, não é possível desassociar um do outro.

Na vertente do capitalismo, que subiu as escadas apoiando-se na escravidão, para manter-se renovado o capitalismo precisa e renova o racismo sempre que possível. Se a economia cresce, a produção e lucro crescem na mesma proporção. Almeida (2020, p. 113) ressalta que, “Nesse contexto, o racismo pode ser uma excelente tecnologia de controle social, porque “naturaliza” o pagamento de salários mais baixos para trabalhadores e trabalhadoras pertencentes a grupos minoritários”, uma vez que negros e imigrantes são vistos como mais baratos e como ficam na margem no desemprego, são disponíveis no mercado. Visualizar a perspectiva histórica faz com que seja traçada uma relação entre a escravidão e o racismo, o mesmo racismo que ameaça a existência das populações negras e indígenas.

1.2 O BRANQUEAMENTO E A DEMOCRACIA RACIAL

A política imigratória racista sempre funcionou quando ocorreu, o genocídio da população negra foi base estratégica importante na tentativa de branqueamento de nossa história. Enviar negros para guerras consequentemente terminava com mortes em combate. Assim, o conjunto de políticas e violências voltadas contra a população negra no Brasil, denominada por Abdias Nascimento (1978), é chamado o genocídio negro da população que segue acontecendo até os tempos atuais.

A naturalização que existe a respeito da violência sobre os corpos negros faz com que, cada vez, mais a consciência coletiva acredite que vidas negras importam menos que outras. As tentativas diversas de branqueamento aconteceram antes mesmo da abolição da escravatura, toda a perspectiva de construir uma sociedade com maioria branca partia das teorias raciais. Um destaque na tentativa de branqueamento foi o Decreto de Lei nº 7.967, de 18 de setembro de 1945, por exemplo, estabelecia que: "Art. 2. Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia, assim como a defesa do trabalhador nacional" (BRASIL, 1945).

A famosa e mascarada “mancha negra” erradicada não incluía a população negra como um trabalhador nacional, o negro não estava inserido nos espaços para uma possível ascensão social, ficando na reserva e sendo apenas um descarte.

Segundo Andreas Hofbauer (2016), no final do século XIX toda a elite local passou a preocupar-se com o que seria o futuro do país com base nas teses raciais clássicas, neste momento os argumentos já eram direcionados ao apontamento de que um “mistura racial” poderia acarretar em uma degeneração. A grande questão que se colocava e gerava incertezas no meio da elite brasileira era, portanto: até que ponto o futuro da nação, que estava caminhando para a abolição do regime escravista, estaria comprometido pelo grande contingente de membros de “raças inferiores”? Como organizar uma sociedade baseada em mão-de-obra livre com um contingente tão grande de negros e mestiços? (HOFBAUER, 2016, p. 2)

Com isto, a ideia de branqueamento já estava mais do que consolidada na formação do país. “As raízes desta concepção ideológica remontam, no fundo, a um discurso religioso medieval. É importante lembrar, neste contexto, que as noções de “negro” e “branco” são anteriores ao discurso racial”. O branco já representava o bem e o divino, enquanto o negro era diabólico e cruel. No livro *O Genocídio do Negro Brasileiro - Processo de um Racismo Mascarado*, Abdias do Nascimento (1978, p. 76) cita a estranheza de que o fator raça foi omitido dos censos verificados no Brasil desde 1950 e, em particular, no ano de 1970, não foi registrado informação sobre origem de raça e etnia.

De maneira sutil, o ideal de embranqueamento da população afrobrasileira foi um declínio, na perspectiva de Nascimento (1978, p. 76) um “poder coativo das classes dirigentes manipulado como instrumento capaz de conceder ou negar aos descendentes africanos acesso e mobilidade”.

Entender a branquitude é saber que ela ocorre em toda a vida da pessoa branca que cresce na sociedade em um papel de superioridade. Entre normalizações e romantizações, ser branco nada mais é do que um lugar de privilégio. De acordo com pesquisadora em Psicologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Lia Vainer Schucman (2019), é próprio da branquitude achar que racismo é problema dos negros.

Em sua pesquisa de doutorado, Schucman (2012) realizou perguntas para pessoas brancas sobre o que ser branco representava para elas e a resposta foi de que a maioria nunca tinha pensado sobre isto. Reconhecer o seu privilégio branco é um processo lento e que quase nunca acontece, o entendimento é de que branco não tem raça.

Você pode frequentar espaços culturais majoritariamente brancos, ir ao samba, querer colocar trança por se identificar na parte simbolicamente, mas não apaga nem descarta a sua identidade racial branca.

Para Schucman (2012), definir o que é branquitude e quem são os sujeitos que ocupam lugares sociais e subjetivos da branquitude é o nó conceitual. Isso porque, se pensado em categoria sociológica, cada região terá sua cultura, história e interesse.

Assim, a branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade. Portanto, para se entender a branquitude é importante entender de que forma se constroem as estruturas de poder concretas em que as desigualdades raciais se ancoram. (SCHUCMAN, 2012, p. 23).

Desta maneira, a branquitude é um lugar de poder, de vantagem sistêmica nas sociedades estruturadas pela dominação racial, porém, cada sujeito produz sentidos a sua brancura através de identificações diversas, onde estão inseridos, com seus significados.

Frankenberg (2004 apud SCHUCMAN, 2012) pondera oito pontos nomeados para caracterizar a branquitude de forma global.

São eles: 1. A branquitude é um lugar de vantagem estrutural nas sociedades estruturadas na dominação racial. 2. A branquitude é um “ponto de vista”, um lugar a partir do qual nos vemos e vemos os outros e as ordens nacionais e globais. 3. A branquitude é um locus de elaboração de uma gama de práticas e identidades culturais, muitas vezes não marcadas e não denominadas, ou denominadas como nacionais ou “normativas” em vez de especificamente raciais. 4. A branquitude é comumente redenominada ou deslocada dentro das denominações étnicas ou de classe. 5. Muitas vezes a inclusão na categoria branco é uma questão controversa e, em diferentes épocas e lugares, alguns tipos de branquitude são marcadores de fronteira da própria categoria. 6. Como lugar de privilégio, a branquitude não é absoluta, mas atravessada por uma gama de outros eixos de privilégio ou subordinação relativos; estes não apagam nem tornam irrelevante o privilégio racial, mas o modulam ou modificam. 7. A branquitude é produto da história e é uma categoria relacional. Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas significados socialmente construídos. Nessas condições, os significados da branquitude têm camadas complexas e variam localmente e entre os locais; além disso, seus significados podem parecer simultaneamente maleáveis e inflexíveis. 8. O caráter relacional e socialmente construído da branquitude não significa, convém enfatizar, que esse e outros lugares raciais sejam irreais em seus efeitos materiais e discursivos (2004 apud SCHUCMAN, 2012, p. 30).

Os oito apontamentos trazem significados diferentes para cada pessoa. Sua construção sócio-histórica faz com que pessoas brancas tenham privilégios dentro da estrutura racista.

O embranquecimento ainda reflete no dia a dia do negro por mais que o processo tenha sido elaborado após a abolição da escravatura. A exaltação da beleza branca disseminada na época ecoa nas gerações e principalmente na autoestima de ver a beleza na negritude. O racismo segue de forma silenciosa e sorrateira, fazendo com que o arame farpado ainda nos faça sangrar.

O mito da democracia racial ainda está enraizado na sociedade brasileira. Pois, afirmar que no Brasil, não há distinção racial, é negar a construção histórica escravocrata.

Com o tempo e nossos aprendizados dentro da estrutura em que convivemos, compreendemos que todos nos amamos e o mundo está do nosso lado quando precisamos. Para alguns isto até pode ser verdade, mas para o sujeito negro é apenas uma forma do mito da democracia racial enraizar-se no nosso cotidiano. Dizer que o Brasil como sociedade não

fazia distinção na linha de cor e não impedia uma ascensão social de quem não era branco passou a ser uma ideia difundida entre todas, isto dentro de um dos sistemas mais racistas já contados na história.

Compreender a história do Brasil é reconhecer que o processo de mestiçagem é parte crucial no racismo, é fruto do período colonial que de certa forma foi um complicador dentro das hierarquias raciais. Complicador esse que reflete principalmente no giro econômico. De acordo com dados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)⁵, divulgada em agosto de 2022 pelo IBGE, trabalhadores pretos ganham em média muito menos que os brancos por hora de trabalho. Em números, a hora de trabalho para uma pessoa negra vale 40,2% menos que a de uma pessoa branca no país entre o mês de abril e junho. Isto implica que as pessoas pretas e pardas trabalhem mais horas para ganhar no final do mês o mesmo valor que os brancos. Em média agora de trabalho no Brasil vale R\$ 15,23.

O racismo está naturalizado nas relações sociais, sobretudo, para a branquitude. Hoje, o país apresenta índices com muitas diferenças entre brancos e negros, seja em renda, conhecimento ou acesso a informação, assim, não vivemos a democracia racial que existe na utopia da ideologia dominante, ou seja, da branquitude.

⁵ Disponível em <https://static.poder360.com.br/2022/07/populacao-ibge-2021-22jul2022.pdf>

2 O RACISMO E ANTIRRACISMO

O racismo cotidiano acontece na reprodução de olhares, gestos e discursos. Depois do dia 13 de maio de 1888, o povo negro continuou a receber o mesmo olhar de desprezo que é perceptível até os dias atuais. Uma lei instituída não foi o suficiente (nem nunca é), para fazer valer o que depois de cem anos foi estabilizado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a idealização ilusória de construir uma sociedade livre, justa e solidária. No ano de 1951, o congresso brasileiro aprovou a Lei 1.390, que tornava contravenção penal a discriminação racial, assim, ficou conhecida pelo nome de seu autor, o deputado federal Afonso Arinos de Melo Franco. O objetivo de criar a lei ocorreu por um caso onde a bailarina Katherine Dunham afro-americana, não pode hospedar-se em um hotel em São Paulo por conta da sua cor. O racismo só passou a ser crime no Brasil em 5 de janeiro de 1989, no governo do presidente da República José Sarney. A Lei de n. 7.716 ficou conhecida pelo nome de seu autor, o então ex-deputado Carlos Alberto Caó de Oliveira, jornalista advogado e militante do movimento negro.

A Lei define a punição para "os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional". Entre os crimes estão incluídos impedir o acesso de uma pessoa devidamente habilitada a um cargo público ou negar emprego na iniciativa privada, que podem render penas de dois a cinco anos de reclusão. Se isto for analisado na linha do tempo, são apenas três décadas desde que o racismo é previsto por lei como crime no país. Temos o marco da abolição da escravatura no ano de 1888, a Constituição Federal no Brasil em 1988 (um intervalo de cem anos na história) e, no ano seguinte, o racismo vira crime.

O que ainda acontece é que a população negra permanece na base da pirâmide social. Os números não mentem e no Brasil as estatísticas explicam muita coisa. Em análise de números do Anuário Brasileiro de Segurança Pública⁶, em 2020 foram registrados no Brasil 10.291 casos de injúrias raciais. Visto por números absolutos, os casos de racismo no Brasil não passaram de três mil, com um total de 2.364 registros. Ainda, em pesquisa realizada pelo *PoderData*⁷ em novembro de 2021, 79% dos brasileiros afirmam que existe racismo no Brasil. Só 39%, no entanto, admitem ter preconceito contra pessoas negras, enquanto 53% negam. Somos 77% das vítimas de homicídio no Brasil, representamos 54% da população e mesmo assim, não somos vistos como iguais.

No prefácio do livro *Tornar-se Negro*, de Neusa Santos Souza, Jurandir Freire Costa (1990) faz uma observação pertinente, em suas palavras, ser negro é ser violentado de forma

⁶ Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v6-bx.pdf>

⁷ Disponível em <https://www.poder360.com.br/brasil/79-acham-que-ha-racismo-no-brasil-mas-so-39-se-consideram-preconceituosos/>

continua e cruel. “Sem pausa ou repouso por uma dupla injunção: a de encarar o corpo e os ideais do ego do sujeito branco a de recusar negar e anular a presença do corpo negro” (COSTA, 1990, p. 2). De fato, o corpo negro é anulado constantemente no âmbito social, político e econômico. Assim, a minoria dos negros dentro dos grandes espaços é representação de uma estrutura que oprime e seleciona.

A historiadora Ynaê Lopes dos Santos (2022) faz um excelente compilado sobre a história do racismo no Brasil em seu livro “Racismo Brasileiro - Uma história da formação do país”, e a chave disso tudo está na colonização. Segundo Santos (2022), sendo um processo com longa duração, todas as conexões criadas entre as sociedades no globo aconteceram pela expansão da cultura europeia e os demais territórios. Dentro da colonização entre o século XV, um ponto chave foi o produto de comercialização entre africanos e portugueses daquele continente. Neste momento a justificativa da escravização ia de acordo com a perspectiva portuguesa “pela sua infidelidade perante a fé católica e em menor medida, pela cor da sua pele”, assim como cita Santos (2022, p. 33). É possível afirmar que já existia um esquema étnico-racial quando os portugueses avistaram as terras brasileiras e ele era delineado com base na religião professada e a cor da pele.

A escravidão foi uma instituição que organizou a colonização portuguesa nas Américas ao longo dos seus mais de trezentos anos de existência. Isso não significa que ela tenha sido sempre a mesma, muito menos que tenha a única forma de exploração do trabalho. Mas, sem ela, a colonização não teria se efetivado (SANTOS, 2022, p. 41).

Se a escravidão não tivesse acontecido a colônia nunca teria se organizado, e por mais que em toda linha do tempo ela tenha ocorrido em distintos grupos, os escravizados sempre eram as pessoas não brancas. Santos (2022) ressalta que a escravidão moderna fez com que negros e indígenas a vivenciassem, o Brasil assim como boa parte do continente americano tinha uma marca muito forte de pessoas não brancas imporem isto, ser branco não te fazia escravizado. Tão importante quanto a colônia para explicar a escravidão o tráfico transatlântico é fundamental no interesse mercantil. Por mais que a escravidão africana tenha sido a grande responsável pela produção na exportação criando o mundo capitalista, a escravidão indígena foi fundamental no mercado interno.

Os números não nos deixam mentir. As estimativas mais aceitas apontam que, entre 1560 e 1850, cerca de 11 milhões de africanos escravizados desembarcaram nas Américas, aproximadamente 5 milhões só no território brasileiro, o que indica que mais de 40% de todos os africanos escravizados tiveram o Brasil como destino final.” (SANTOS, 2022, p. 61)

A história que nos contam sobre a escravidão na compreensão brasileira só acontecesse quando entendemos todas as articulações no continente africano e principalmente que os colonos tem parcela significativa e importante no grande número de africanos que desembarcaram no Brasil. Assim, todas as lutas contra a escravidão que ocorreram foram protagonizadas pela população negra. No prisma de Santos (2022) “Esses homens e mulheres tinham seus corpos na América, mas suas almas e origens remontavam à África” (SANTOS, 2022, p. 72).

Costa (1990) pontua, ainda, que o negro está ciente de todas as criações dos brancos, seja o colonialismo, a inquisição, o nazismo e as tantas outras formas de opressão que ocorreram na história. “O negro sabe igualmente que, hoje como ontem, pela fome de lucro e poder, o branco condenou e condena milhões e milhões de seres humanos à mais abjeta degradada miséria física e moral” (COSTA, 1990, p.4). Sim, sabemos de todas essas histórias e nossos ancestrais sentiram na pele o poder da dominação, mas ainda assim, a chamada “brancura” transcende.

Eles – indivíduo, povo, nação ou Estados brancos – podem “enegrer-se”. Ela, a brancura, permanece, branca. Nada pode macular esta brancura que, a ferro e fogo, cravou-se na consciência negra como sinônimo de pureza artística, nobreza estética, majestade moral, sabedoria científica etc. O belo, o bom, o justo e o verdadeiro são brancos. O branco é, foi e continua sendo a manifestação do Espírito, da idéia, da Razão. O branco, a brancura, são os únicos artífices e legítimos herdeiros do progresso e desenvolvimento do homem. Eles são a cultura, a civilização, em uma palavra, a “humanidade” (COSTA, 1990, p.4-5).

A criança preta cresce já aprendendo a ser discriminada, a escola ensina que a cultura europeia é superior, a escravidão é tratada de forma romantizada fazendo com que seja normalizada a hierarquia entre brancos e negros. O que estrutura a condição de um território genocida é geralmente a raça, e isto determina o local de deslocamento político e social.

No livro *Lugar de Fala*, da coleção Feminismo Plurais (2019b), Djamila Ribeiro se apoia na pensadora feminista brasileira Lélia Gonzalez para debater a hierarquização e o privilégio social racial no sistema. “Quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco (RIBEIRO, 2019b, p. 20).

Em participação no podcast *Mano a Mano*, do rapper Mano Brown, a filósofa, escritora e ativista antirracista do movimento social negro brasileiro, Sueli Carneiro (2022)¹, pontuou a organização do racismo no Brasil. Na conversa, a filósofa define que o racismo é uma ideologia para produzir os privilégios para um grupo em detrimento de outro. “(...) Eles assinaram uma abolição que significava: ‘vocês estão livres para morrerem na sarjeta desse país’”. Em sua perspectiva nunca houve um projeto de inclusão social, os negros apenas foram jogados no lixo das cidades brasileiras.

Em mais de duas horas de episódio, Sueli debate com o rapper e é incisiva em suas falas, destaca em certo ponto que a elite intelectual sempre teve o seu foco em embranquecer a população, o que abriu as portas para os alemães, italianos e depois japoneses. “O maior medo que este país tem é de uma consciência negra acontecer de fato e se tornar uma força revolucionária”, afirma.

Carneiro (2011) ainda reflete sobre a escravidão e os direitos humanos, se apoiando no abolicionista Joaquim Nabuco para compreender a sociedade brasileira. De acordo com Nabuco, a sociedade brasileira é marcada pela escravidão pois após não houve medidas sociais para integrar os libertos a sociedade.

Na base dessa contradição perdura uma questão essencial acerca dos direitos humanos: a prevalência da concepção de que certos humanos são mais ou menos humanos do que outros, o que, conseqüentemente, leva à naturalização da desigualdade de direitos (CARNEIRO, 2011, p. 14, 15).

Quando todo um sistema acredita na hierarquia racial, a reprodução da desigualdade social vira uma rotina constante, um grande bombardeio discriminatório. Nas ciências sociais, os paradigmas históricos criaram modificações recentes e importantes entre “racista e culturalista” Conforme ressalta Jessé Souza (2017, p. 15), o racismo fenótipo era reconhecido como uma ciência tanto intencionalmente como naturalmente. Assim ficava clara a fundamentação da diferença do desenvolvimento entre os povos. Quando este tipo de racismo começa a ser criticado ele é substituído pelo culturalismo e agora todo estoque cultural do que a pessoa herda entraria na explicação comportamental da pessoa.

Logo em seguida, Souza (2017) reafirma a perspectiva de que a escravidão moldou tudo o que conhecemos até hoje, de forma estrutural. “Nossa forma de família, de economia, de política e de justiça foi toda baseada na escravidão. Mas nossa autointerpretação dominante nos vê como continuidade perfeita de uma sociedade que jamais conheceu a escravidão a não ser de modo muito datado e localizado” (SOUZA, 2017, p. 28).

O ponto-chave na fala de Souza (2017) é que por mais que as pessoas falem sobre a escravidão, isso não significa que compreendam de fato o conceito e peso na história. O que puxa um gancho interessante para o prefácio do livro escrito por Câmara (2017, p. 11),

O ponto-chave na fala de Souza (2017) é que por mais que as pessoas falem sobre a escravidão, isso não significa que compreendam de fato o conceito e peso na história. O que puxa um gancho interessante para o prefácio do livro escrito por Câmara (2017, p. 11),

Muitos falaram de escravidão como se fosse um mero “nome”, sem eficácia social e sem conseqüências duradouras (...) Compreender a escravidão como conceito é muito diferente. É perceber como ela cria uma singularidade excludente e perversa. Uma sociabilidade que tendeu a se perpetuar no tempo, precisamente porque nunca foi efetivamente compreendida nem criticada (CÂMARA, 2017, p 11).

¹ Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2eTloWb3Nrmog0RkUnCPr>

As perspectivas de Jessé Souza enquadram-se na famosa frase do filósofo e teórico político Edmund Burke, datada do século XIX “um povo que não conhece a sua história está fadado a repeti-la”. E são essas repetições de um racismo estrutural que podemos ver diariamente no reflexo de uma sociedade que ainda é escravista. Este sistema de negação que é o racismo reforça e legitima todas as estruturas violentas de encontro à exclusão racial. Para Grada Kilomba (2019), em um mundo conceitual branco, o negro é identificado como um objeto ruim, trazendo a tona a ideia que a sociedade branca reprime. “No racismo, corpos negros são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão fora do lugar e, por essa razão, corpos que não podem pertencer” (KILOMBA, 2019, p. 56). Seguindo o pensamento de Kilomba (2019), o racismo faz com que pessoas negras tenham experiências diferentes das brancas, pois um sistema todo foi estruturado pensando em uma hierarquia, e ainda, uma fantasia.

Na perspectiva de pertencer ou não a algum lugar, os corpos brancos sempre foram a sua própria casa e pertencem a algo, pois não passaram por um sistema onde você perderia a sua liberdade. Corpos brancos conseguem e podem movimentar-se livremente por lugares pois pertencem a todos os espaços. “A negritude, por outro lado, é significada pela marcação (KILOMBA, 2019, p 62). Somos marcados diariamente por frases corriqueiras como “você mora nesta região?”, “você faz faculdade?”, somos marcados nos olhares pois as pessoas não acham que o pertencimento existe para o corpo preto. Para Kilomba, o racismo se apresenta de modo simultâneo e tem três características, a primeira é a construção da diferença, em segundo os valores hierárquicos ligados a estas diferenças, e em terceiro o poder histórico, político, social e econômico.

Com estas três junções de características, é possível pensar a ideia de o outro ser visto como diferente pela sua raça, foge da norma branca e o diferencia caminhando para o processo de discriminação. Ainda, o segundo ponto da hierarquia nada mais é do que o preconceito, pois quando se é “diferente”, você não faz parte de um processo natural. Por fim, a característica do poder ressalta o estigma que outros grupos raciais “não podem ser racistas nem performar racismo, pois não possuem este poder” (KILOMBA, 2019, p. 76).

Analisando todas estas linhas de escritores e pensadores até aqui, a reflexão que fica é que no Brasil o racismo se articula de forma estrutural. É nessa perspectiva que Almeida (2019) articula seu pensamento para o racismo em três linhas: racismo estrutural, institucional e individualista. Para o escritor, o racismo decorre da própria estrutura social, tudo o que constitui as relações econômicas, políticas, jurídicas e familiares, descreve ainda que isso não é uma patologia social e nem um desarranjo institucional. “O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção” (ALMEIDA, 2019, p. 33).

Almeida (2019) e Grada Kilomba (2019) pensam de forma semelhante e a escritora vê

o racismo na mesma forma de trio. Kilomba enfatiza que o racismo é revelado sim em um nível estrutural, as pessoas negras são excluídas das estruturas. “Estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia manifestamente seus sujeitos brancos, colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes” (KILOMBA, 2019, p. 77). Já o racismo institucional, para Almeida (2019) se baseia na tese de que os conflitos raciais são parte das instituições, o que leva a refletir que desigualdade racial é uma característica da sociedade pois não acontece de forma isolada de grupos ou indivíduos, mas as instituições são hegemônicas por grupos raciais determinantes que usam disso para seus interesses. “O domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder” (ALMEIDA, 2019, p. 27).

Baseado ainda em outros autores, Almeida (2019) reforça que o racismo institucional não é menos da vida humana. Diferente do racismo individual, do branco contra o indivíduo negro, o institucional é menos evidenciado e mais sutil, muitas vezes difícil de ser identificado. Na linha de Kilomba (2019), o racismo institucional opera de tal forma que coloca o sujeito branco em vantagem a outros grupos racializados, com um padrão de tratamento desigual das operações cotidianas tais como em sistemas e agendas educativas.

Nesse prisma, para falar do racismo, Almeida (2019) analisa o racismo pela sua concepção, considerando uma espécie de “patologia” ou anormalidade, o fenômeno acontece no caráter individual ou coletivo atribuído a grupos coletivos, o que pode ser confundido com uma irracionalidade. O racismo mesmo que ocorra de alguma forma indireta, vai ser manifestado boa parte das vezes em sua discriminação direta, o que leva ao racismo individual.

O racismo cotidiano acontece todos os dias na reprodução de olhares, gestos e discursos. Para Kilomba (2019), no racismo cotidiano a pessoa negra é usada como “tela” para projetar o que a sociedade branca tornou, ao passar do tempo, como tabu.

Cabe refletir que o racismo é um grande processo político, toda a sua sistematização para a discriminação vai influenciar a forma em que a sociedade se organiza, e isso organiza a sociedade. Nos últimos anos mais do que nunca as pessoas falam sobre o “racismo reverso” (racismo ao contrário), o que não faz nenhum sentido. “Membros de grupos raciais minoritários podem até ser preconceituosos ou praticar discriminação, mas não podem impor desvantagens sociais a membros de outros grupos majoritários, seja direta, seja indiretamente (ALMEIDA, 2019, p. 35).

Pessoas brancas são a maioria suspeita nas chacinas em complexos? Pessoas brancas perdem a vaga de emprego por sua cor? Pessoas brancas são questionadas diariamente? Não são. Entre os tantos discursos que existem, o do racismo reverso apenas procura deslegitimar as demandas por igualdade racial.

O termo antirracismo sempre existiu, mas, até meados de 1960, não era presença constante na literatura internacional. Francisco Leite (2021), em “Pode a publicidade ser antirracista”, se apoia em Alastair Bonnett (2000) para explicar o conceito do antirracismo. De acordo com Bonnett (2000), foi com toda contextualização britânica que o pensamento antirracista deixou de ser produção científica e começou a ser lapidado sobre práticas e ideologias que possibilitassem de fato a igualdade entre raças e grupos. O antirracismo, em sua essência, implica a capacidade de identificar o racismo e fazer algo a respeito, segundo Bonnett (2000).

Quando o primeiro negro escravizado pisou no nosso país, ali iniciou o antirracismo. Todas as fugas de escravizados foram um sistema de resistência escravocrata, o Quilombo dos Palmares era uma grande ameaça a colônia brasileira, e a coroa não media esforços para acabar com um povo preto que lutava pela sua liberdade.

2.1 A RESISTÊNCIA NEGRA

Devo assumir para você que está lendo que antes de iniciar as pesquisas para este trabalho, eu não sabia dez por cento da história da imprensa negra. Surgida no período da escravidão, a imprensa negra teve e tem um grande papel de retratar de forma leal o que somos. Após a abolição da escravatura toda a comunidade preta passou a produzir anúncios e folhetos informativos, mas esse material pouco é conhecido e estudado ainda nos dias atuais. De acordo com Oliveira (2017), foi no ano de 1833 que o primeiro veículo de jornalismo negro formal nasceu, chamado “O homem de cor”, produzido e tipografado por Francisco de Paula Brito, teve cinco edições e circulava pelo Rio de Janeiro “Através deste pasquim, ele questionava a precariedade da liberdade e o descaso com a cidadania dos negros no Brasil oitocentista para os diferentes status jurídicos que conviviam juntos (OLIVEIRA, 2017, p. 4)”, o que mostra assim a forma em como a imprensa buscou se consolidar e desenvolver dentro das capitais defendendo seus direitos.

Oliveira (2017) deixa claro que a população negra tinha ciência dos debates que aconteciam dentro das políticas sobre as práticas raciais, porém, o pasquim tinha um alto valor de custo e era voltado a uma classe que não tinha condição de pagá-lo, indo de encontro ainda com um público que era analfabeto, ajudando na diminuição dos negros que teriam acesso a este material. O período pós-abolição fez com que o número de jornais impressos crescesse ainda mais, pois neste momento os negros com acesso ao letramento uniram-se para a expandir os meios de comunicação em massa. Para nós que vivemos em um país que mostra-se democrata com a questão racial, pouco se é falado sobre a imprensa negra. Se vivemos em uma democracia qual motivo negros uniram-se para criar uma forma alternativa na comunicação para reivindicar pelos direitos da sua comunidade? Sempre visto como marginalizado, a imprensa negra também teve sua história apagada por uma visão branca, de

forma com que tivesse uma circulação mais restrita e limitada na sua trajetória.

Com tiragens pequenas e pouca periodicidade, o negro pode assim achar formas de tentar retirar a comunidade da ideia marginalizada, uma preocupação incessante em como educar-se socialmente e protestar de sua forma em poemas contra o preconceito de cor o que não pode ser negado é que de alguma forma integrar o negro em sociedade sempre foi um foco. Na perspectiva da imprensa negra paulista, o jornal *O Clarim da Alvorada* de 1924 foi o que mais teve influência dentro da comunidade. De acordo com Clóvis Moura (2002) na obra *Imprensa Negra - SP*, o Clarim teve sua criação exatamente para que os interesses e opiniões dos pequenos grupos sociais negros fossem divulgados.

De acordo com Moura (2002, p. 8),

No entanto, há uma particularidade na imprensa negra: ela não reproduz nas suas páginas esta dinâmica da sociedade abrangente. Muito raramente há referências a esses fatos. Ela é fundamentalmente uma imprensa setorializada, ou, como a Caracteriza Bastide, apoiada nos norte-americanos, uma imprensa adicional.

Assim, por mais que a comunidade negra se articulasse para ter a sua leitura, a grande imprensa hegemônica ainda era uma forma de domínio para informações, por exemplo, de acontecimentos nacionais/internacionais. Seguindo no pensamento de Moura (2002), o negro tinha a sua comunidade com formas recreativas e sociedade culturais, mas sabiam que os responsáveis pela imprensa hegemônica não iriam divulgar aquilo, por isso a ideia de que a ascensão do negro só iria acontecer quando se comportassem bem socialmente e educassem seus filhos de forma puritana. Dentro da imprensa negra um ponto importante foi a reafirmação da raça negra, de forma que a imprensa refletia como era a articulação da comunidade e principalmente o conceito “a si mesmo”.

Nas publicações existem muitas referências sobre “nossa raça”, “a raça”, e um jornal com grande significado foi *A Voz da Raça*, o que mostra a resistência e exaltação da negritude para reafirmar-se como negro.

Assim como em São Paulo, a imprensa gaúcha teve forte influência do negro na luta da resistência. Criado na cidade de Porto Alegre, o jornal *O Exemplo (1892-1930)* foi ponto importante na luta da comunidade negra. As tiragens faziam discussões, reflexões e denúncias na época, frisando o valor da educação. O jornal em sua fase inicial circulou de 1892 a 1897 voltando no ano de 1902. No editorial do seu primeiro número, em 11 de dezembro de 1892, declarou: “Devemos mostrar à sociedade que também temos um cérebro que se desenvolve segundo o grau de estudo a que o sujeitemos (...)” (GAÚCHA ZH, 2017).

Com o passar do tempo, outros veículos negros que foram surgindo acompanhando as mudanças sociais no país de perto, os centros urbanos crescem e a comunicação de uma imprensa negra estabeleceu-se. Assim como a internet foi um grande marco na história, para esta imprensa não foi diferente, a mídia negra fortificou suas raízes e deu ótimos frutos, no intuito de ajudar na discussão da negritude e antirracismo no jornalismo.

A imprensa negra, por mais que pouquíssimo falada, foi parte importante na luta antirracista e na resistência, denunciando casos de racismo e toda a falta de políticas públicas. Com a chegada dos anos de 1990, as políticas mais direcionadas ao povo preto cresceram e o governo reconhece o racismo, assim, a luta antirracista sempre esteve na nossa história, apenas o termo foi consolidado muito tempo depois.

Para conseguir falar do antirracismo é fundamental entender a importância dos movimentos sociais nas últimas décadas, conhecidos como “Movimento Negro”, as suas lutas são específicas para as reivindicações. O final dos anos 70 teve organização importante da luta comum pela democracia, ainda, movimentos direcionados a luta antirracista foram emergidos nesta força social. Em São Paulo em 1978, foi criado o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), mais tarde, Movimento Negro Unificado (MNU) uma referência na luta antirracista em todo o Brasil.

Trapp e Silva (2011, p. 91) destacam “[...] O MNU constituiu-se como um movimento de caráter popular e democrático, e tinha como principais fins o combate ao racismo, a luta contra a discriminação racial e o preconceito de cor”. Ainda, dentro das denúncias raciais sofridas, tinham o objetivo de desmistificar o mito da “democracia racial”.

Neste sentido militantes e jovens acadêmicos e intelectuais formavam os movimentos, como Abdias do Nascimento que na época fez com que a discussão da identidade brasileira virasse uma problematização e o debate de novos temas na questão racial. Trapp e Silva (2011, p. 92) ressaltam que, “Em contrapartida, essa articulação levou a um processo de ressignificação identitária, através da reivindicação de uma identidade e de uma consciência racial negras [...]”. Assim, foi permitido o fortalecimento de novos mecanismos no movimento, o que teve suma importância em novas estratégias do movimento. Com isto, a população negra pode enxergar melhor sua posição de desvantagem em todo o viés da sociedade e entender a sua importância na luta antirracista.

O movimento negro pode ter como um norte a ligação com a África, principalmente em novas ressignificações como a designação do termo afro, já a influência do movimento negro norte-americano varia entre a cultura, a música e ações políticas. As transformações dos movimentos nos anos de 1980 significam um simbolismo na democracia do Brasil, porém, é somente nos anos de 1990 que o movimento consegue ter um contato mais direto com o governo brasileiro, quando Fernando Henrique Cardoso assume a presidência em 1995. Se o objetivo era ser um instrumento de resistência, um marco no Movimento Negro Contemporâneo foi a Marcha Zumbi dos Palmares no ano do tricentenário da morte de Zumbi em 1995. Uma quantidade significativa de pessoas foram às ruas de Brasília para expressar suas reivindicações de políticas públicas ao povo negro. Dentro desta forma de resistência do movimento negro contemporâneo, a sociedade começa a pensar discussões mais contemporâneas a respeito de identidade, etnicidade, racismo e cidadania.

O antirracismo faz com que a pessoa tenha automaticamente uma posição contra desigualdade. Para pensar o antirracismo e entendê-lo é necessário identificar que por mais que o racismo faça parte de uma estrutura, isso não tira a responsabilidade de ninguém em pensar individualmente sobre as formas em como o racismo age. Se você entende o que é o racismo e o que isso causa, você não pode ignorar o assunto. Almeida (2019) explica sobre como essa consciência antirracista trabalha cotidianamente:

Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas (ALMEIDA, 2019, p. 34)

Almeida então explica que somente com essa consciência as instituições devem implementar políticas e práticas antirracistas. Desta forma elenca quatro formas que os setores devem ter para o antirracismo ser efetivo:

a) promover a igualdade e a diversidade em suas relações internas e com o público externo – por exemplo, na publicidade; b) remover obstáculos para a ascensão de minorias em posições de direção e de prestígio na instituição; c) manter espaços permanentes para debates e eventual revisão de práticas institucionais; d) promover o acolhimento e possível composição de conflitos raciais e de gênero. (ALMEIDA, 2019, p. 32)

Com as ideias de Almeida (2019), fica clara a importância dos espaços criarem ambientes com igualdade e diversidade dentro das instituições e ressalta a importância dessa presença dentro da publicidade pois o negro precisa ser representado. É preciso estar atento às atitudes e disposto, sempre, a enxergar e a reconhecer privilégios. Djamila Ribeiro (2019) em seu livro *Pequeno Manual Antirracista*, elenca dez pontos principais para praticar o antirracismo: informa-se sobre o racismo; enxergar a negritude; reconhecer os privilégios da branquitude; perceber o racismo internalizado dentro de você; apoiar políticas educacionais afirmativas; transformações dentro do ambiente de trabalho; ler autores negros; questionar a cultura que você consome; conhecer seus desejos e afetos e combater a violência racial (RIBEIRO, 2019a).

A escritora apresenta em seu livro a forma de como perceber-se faz parte importante do processo. “Perceber-se é algo transformador. É o que permite situar nossos privilégios e nossas responsabilidades diante de injustiças contra grupos sociais vulneráveis” (RIBEIRO, 2019a, p. 21). Com este pensamento as pessoas brancas devem se perguntar por qual motivo são maioria em seu local de trabalho, por qual motivo naquele restaurante em que ela frequenta as pessoas pretas estão atuando apenas como garçons e não na chefia?

Sodré (2018) em fala para o *Acervo Digital da Cultura Negra*, entende que a mídia é um intelectual orgânico das classes dirigentes e grandes famílias da elite brasileira, e até os dias de hoje, incorporam o racismo estrutural nas suas grades, programações e redações. “A mídia pauta e agenda comportamentos sociais e o racismo está inscrito nelas, às vezes eles

recrutam uma ou outra pessoa preta, mas a mídia é racista (SODRÉ, 2018). Se você ligar a TV de casa agora, você possivelmente não irá ver uma pessoa preta na bancada do jornal ou na entrada do repórter ao vivo. Dentro de uma bolha, de uma população onde mais da metade é preta, a representatividade ainda é fraquíssima.

Sodré (2018) destaca que os meios de comunicação pautam de forma social a figura negra quando ele está em ascensão, o que remete ao modelo ocidentalizado, mas a realidade do homem preto é que ele é um cidadão de segunda classe no Brasil. “Isso tem consequência social e política, a formação educacional de jovens onde a diversidade não está inscrita na escola”, afirma Sodré (2018). Neste ponto, o estudioso ainda em fala para o Acervo Digital da Cultura Negra traz uma frase que leva a uma ótima reflexão “a diversidade não é apenas aceitação intelectual, formal do diferente, é a aceitação sensível do outro dentro do seu espaço”. Assim é importante pensar em quando desenvolvemos o antirracismo no nosso dia e no nosso ciclo.

Leite (2021, p. 31) indica que os números de pessoas pretas na publicidade e na comunicação são um efeito de políticas racistas, de forma consciente ou não:

Frente ao fato que a maioria da população do país é negra, não há como justificar essa profunda disparidade racial instituída pelo silenciamento e apagamento da presença desses indivíduos tanto nos espaços profissionais da indústria publicitária quanto nas representações de suas materialidades midiáticas, como os anúncios. Ainda mais que, concretamente, pensando mercadologicamente, essa população movimenta anualmente cerca de R\$ 1,9 trilhão na economia nacional, sendo responsáveis por 40% do consumo anual do Brasil, segundo o Instituto Locomotiva, em 2020 (LEITE, 2021, p. 31).

Você já notou como é fácil assumir que existe racismo no Brasil, mas ninguém se assume como racista? Se o racismo está na estrutura da sociedade e a maior parte do tempo ele acontece de forma despercebida. “Pessoas brancas não pensam sobre o que é o racismo, vivem suas vidas sem que sua cor as faça refletir sobre essa condição. Por isso, o combate ao racismo é um processo longo e doloroso” (RIBEIRO, 2019, p. 25). Se reconhecer por sua raça não vale apenas para o preto se reconhecer como preto, pessoas brancas também devem aprender a ver o seu reflexo e entender como fazer parte da luta antirracista. Ter um amigo preto, contratar uma pessoa preta, se envolver amorosamente com uma pessoa preta não nos faz antirracistas, nos faz apenas fazer o mínimo do que precisa ser feito todos os dias, de forma gradual.

2.1.1 Fala *Versus* Escuta

No Brasil, Djamila Ribeiro (2019b) popularizou o termo “lugar de fala” em seus estudos. Esta é uma pauta recorrente e diária principalmente nas redes sociais. Quando somos crianças e aprendemos a balbuciar e gaguejar, é uma das primeiras formas de mostrarmos

nosso potencial, assim, a fala é vista na sociedade como um instrumento de poder, e quem tem poder sempre está atrelado a algum grupo hegemônico.

É necessário ouvir vozes silenciadas diariamente e compreender com base nisto que cada um pode e deve falar sobre si. De forma irônica no Brasil, o lugar do negro geralmente é lembrado e respeitado apenas na semana da Consciência Negra no mês de novembro. Os holofotes e microfones nos são estendidos em um período de trinta dias, depois disso, a voz hierárquica e colonizada volta ao pedestal. Da mesma forma em que o negro só é procurado para falar sobre racismo, escravidão, lugares de espaços. Mesmo quando o espaço é aberto para que a voz desta população seja escutada, ela ressalta e destaca a mesma dor de todos os dias. Nem sempre as instituições querem saber de nossa conquista ou se sabemos falar sobre economia e artes.

O termo foi tão debatido nas mídias digitais que muitas pessoas se aproveitaram do momento para poderem se abster e não falarem sobre o que precisa ser debatido todos os dias, não ser o seu lugar de fala não significa que você não deve agir. No lançamento do *II Ciclo de Debates por um Jornalismo Antirracista*, no ano de 2021, promovido pela Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen, o professor Deivison Campos (2021)⁸ trouxe à tona uma reflexão importante sobre o lugar de fala. “O lugar de fala não tem a ver com representatividade nem identidade, tem a ver com cultura e cultura é localizada no tempo e espaço”. Entender e estudar a cultura em que estamos inseridos é papel importante do processo para identificar o local de fala, onde todos podem se manifestar pois este diálogo é importante e deve ocorrer entre todos.

A pessoa branca, por mais que não aceite, é beneficiada com as opressões a grupos distintos. “Há a tentativa de mudar o foco de realidades extremamente violentas para a constatação de que pessoas de grupos oprimidos são pessoas frutos dessa sociedade, assim como todas as outras” (RIBEIRO, 2019b, p. 46). É muito fácil taxar o preto como bandido, raivoso e violento vivendo em uma estrutura racista com o estereótipo fixado do corpo negro há mais de 500 anos. Diariamente o negro vira estatística no Brasil, de acordo com a campanha da Organização das Nações Unidas (ONU Brasil) "Vidas Negras" no ano de 2017, a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil.

Isso nada mais é do que um grupo social “perder a energia em falar” suas experiências distintas.

Podemos pensar um exemplo lógico sobre a fala como uma fonte de poder. Ao ler no livro de Djamilia a expressão “perder a energia em falar”, me lembrou instantaneamente de George Floyd. No dia 25 de maio de 2020, Floyd, afro-americano de 40 anos, foi assassinado

⁸ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ia_WHrps6mQ.

em via pública pelo policial de Minneapolis, Derek Chauvin. Derek ajoelhou-se em seu pescoço durante oito minutos e quarenta e seis segundos. A todo momento Floyd repetia “I can’t breathe”, na tradução, eu não consigo respirar. Logo após ele não se mexeu mais, foi colocado em uma maca e transferido para a ambulância. De acordo com a autópsia pedida pela família, George Floyd morreu por asfixia. O triste episódio lembra o que aconteceu em 2014 com Eric Garner, um negro que morreu ao ser preso em Nova York. Garner repetiu “Não consigo respirar” por 11 vezes⁹.

É possível entender o poder da voz? Vozes negras não importam nem ressoam para homens brancos, estes são dois exemplos de vidas perdidas, mas sabemos que esse número infelizmente é superior. A dor de implorar por uma vida, a humilhação de ser filmado em agonia só reitera a hierarquização e o racismo latente em todos os lugares.

O jornalismo deve respeitar uma camada de cumprimento ético de sua profissão: saber escutar. O objetivo é amplificar vozes que foram silenciadas ao longo da história e tem um menor poder simbólico “rompendo” este silenciamento. Na quinta aula do curso de jornalismo anti-hegemônico, Djamila Ribeiro (2022) reafirma que o jornalista precisa ser honesto com a escuta e não pode se colocar em um lugar de fala pois isto tange a superioridade.

Todos os grupos oprimidos têm voz, somente não foram escutados durante todo este tempo, por isso o jornalista aparece como uma ferramenta de reconhecimento. Desta forma, precisa desenvolver a sua escuta mais ainda, quando não faz parte de uma população na qual ele está reportando.

Entender o lugar de fala é entender a sua posição social e entrar na discussão de acordo com ela. Ninguém é silenciado ou impedido de falar, mas saber os seus marcadores altera muito a forma de ver o mundo. Procurar entender a pessoa branca sobre o racismo é entender o seu papel dentro da sociedade, da sua realidade e aí sim a partir do seu lugar de fala identificar as suas ferramentas e combater o problema. Usar desta forma do seu privilégio para trazer outras pessoas negras falarem sobre isto.

No livro “*Empatia, intersubjetividade e compreensão narrativa*”, Andreea Deciu Ritivoi (2016), aborda de forma profunda a importância da compreensão narrativa e o lugar de escuta, principalmente como atualmente a empatia está em falta. De acordo com Ritivoi (2016, p. 16-17),

Em contraste com essa abordagem, advogo uma concepção de empatia narrativa que toma como seu ponto de partida mais a diferença do que a comunidade, e que pressupõe uma concepção hermenêutica da situação como uma espécie de quadro que sustenta uma projeção imaginativa em experiências que reconhecemos como diferentes, mas que podemos ainda assim compreender a partir das perspectivas daqueles que as vivem. (2016, p. 16-17)

⁹ Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/12/policial-acusado-de-matar-homem-negro-nos-eua-nao-sera-indiciado.html>

Assim como a autora fala sobre a empatia narrativa, é possível trazer esta discussão em como podemos nos posicionar sobre assuntos diariamente, sejam negros ou brancos. Ritivoi (2016) analisa que de fato não podemos simular ou testar cientificamente algumas experiências, elas não podem ser recriadas com uma experiência confirmatória pois é uma experiência-limitada. A experiência de uma pessoa não é a nossa, ela é diferente, o movimento de compreendê-la vai exigir um alargamento de nosso repertório de experiências, e essa abertura irá relevar os limites de nossos horizontes.

O lugar de fala não cala o outro de ter o direito de voz, mas quem sempre teve o seu direito de reivindicar e protestar deve entender que é o momento de ouvir, assim todos lutam pelas opressões. O lugar de fala é importante, mas precisamos ter em mente que o lugar da escuta é crucial na luta. O movimento de recuo do privilégio de ser voz para se colocar como ouvinte faz com que a pessoa entenda a necessidade do outro e a partir disso, amplie a fala do reivindicante e entenda o lugar de onde vem esta luta.

3 RESISTÊNCIA NO CAMPO SIMBÓLICO

Se este trabalho em algum momento não falasse de samba, não seria meu. O samba nasceu junto à capoeira com os escravizados e desde aí se difundiu por todos os lados, por ter origem do povo preto, em certos momentos foi mal visto como música de pobre. Mas antes de tudo, samba é política e manifestação cultural. Segundo o rapper Emicida (2020), é na cultura que temos o livro de história oficial do Brasil. Para ele, os livros de história foram os discos. “Se você quiser conhecer o Rio de Janeiro dos anos 70, você precisa escutar o samba dos anos 70. Eles vão te contar, nas camadas da poesia, o modo de se viver nos morros e nas favelas cariocas. Você vai ter outra perspectiva além do que a gente chama de história oficial”, relata o cantor em entrevista.

Experimente falar em algum lugar sobre o ritmo para ver se não irá escutar em algum momento “samba é coisa de preto”. E é coisa de preto sim, de acordo com a reportagem *Hip Hop fala contra o racismo e a desigualdade social*¹⁰, samba é significado completo de preservar uma história uma vez que a indústria cultural investiu na criação de um gênero pop que foi batizado como pagode, o que fez com que a essência do samba fosse aceita por um classe média.

O samba sempre funcionou e até hoje, como um escape para denunciar muitas injustiças, como citado na música *Zé do Carçoço* de Leci Brandão:

*“E na hora que a televisão brasileira
Destrói toda gente com a sua novela
É que o Zé bota a boca no mundo
Ele faz um discurso profundo
Ele quer ver o bem da favela*

Está nascendo um novo líder, no morro do Pau da Bandeira”

Leci Brandão faz uma crítica social nata sobre as pessoas invisíveis e humilhadas. Zé do Carçoço é o herói daquele morro, o que ajuda a quebrar o mito de um país perfeito. Bezerra da Silva também trazia em suas letras denúncias e a forma de como o samba podia salvar vidas. Na letra de “*Se não fosse o samba*” com composição de Carlinhos Russo e Zezinho do Vale isso fica claro:

*“E se não fosse o samba
quem sabe hoje em dia eu seria do bicho?”*

¹⁰ Disponível em <https://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/negros/09.shtml>

*Não deixou a elite me fazer marginal
E também em seguida me jogar no lixo”*

Poderia dizer que o samba além de ferramenta social, é uma sobrevivência. Ele consegue se conectar com todos neste país, e chegou mais longe do que muitos que julgaram o ritmo: segundo reportagem da *Revista Veja*¹¹, no ano de 1997 para acordar o robô Sojourner para o seu trabalho em Marte, a Nasa escolheu o samba Coisinha do Pai, escrito por Jorge Aragão, para tocar no planeta vermelho.

E como falar de samba sem falar de rap? Segundo a matéria *O rap ajudou o movimento a ganhar todo o País*¹² realizada pela *Red Bull*, o estilo chega nas periferias do Brasil por volta dos anos 80 e foi neste ritmo que o periférico se expressou e criou uma conscientização para as desigualdades sociais. Assim conseguiram se conectar com a classe operária e levar aquelas comunidades o que os grandes pensadores negros diziam. Em entrevista do escritor Silvio de Almeida com o rapper Emicida pelo projeto “*Entrelinhas*”¹³, o cantor vê o rap como um discurso de denúncia, mas ainda colabora para a imagem de um homem negro “mau”. “Para ser ouvido de alguma maneira nessa sociedade é preciso representar algum tipo de ameaça ou violência, o rap arranha de forma superficial o que é ser uma pessoa preta”, destaca o rapper na entrevista a plataforma.

Ainda assim, o rap fala com uma sociedade racista e desigual. O grupo Racionais MC’s tem forte participação dentro do movimento negro no Brasil pois para além de serem um acontecimento político conseguem dialogar com a afirmação da cultura negra e as denúncias no país até hoje. Confira um trecho da música “*Voz ativa*”:

*“Mas onde estão
Meus semelhantes na tv
Nossos irmãos
Artistas negros de atitude e expressão
Você se põe a perguntar por que
Eu não sou racista
Mas meu ponto de vista é que
Esse é o brasil que eles querem que exista
Evoluído e bonito, mas sem negro no destaque
Eles te mostram um país que não existe, esconde nossa raiz*

¹¹ Disponível em <https://veja.abril.com.br/cultura/famosa-na-voz-de-beth-carvalho-coisinha-do-pai-ja-foi-tocada-em-marte/>

¹² Disponível em <https://www.redbull.com/br-pt/O-surgimento-da-cultura-hip-hop-no-Brasil>

¹³ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=OYvsn7X7X10>

Milhões de negros assistem

Engraçado que de nós eles precisam

Nosso dinheiro eles nunca discriminam

Minha pergunta aqui fica

Desses artistas tão famosos

Qual você se identifica?”

Essa é uma das tantas denúncias ao longo da carreira do grupo, por que o preto não é representado nas mídias comunicacionais? Como se sentir identificado se não nos enxergamos? Assim como Racionais, atualmente o movimento do rap tem crescido e é força latente para a luta e resistência. Nomes como Baco Exu do Blues, Djonga e Criolo são alguns dos nomes a levantar a bandeira. A frase “*fogo nos racistas*” mais do que nunca esteve em alta como nos últimos tempos, e ela significa muito para quem sente isso na pele todos os dias. Quando Djonga fala na música “*Olho de Tigre*” “que na hora do julgamento Deus é preto e brasileiro, mas para salvar o país só serve um cristão, ex-militar”, condiz muito com a situação atual em que vivemos.

FIGURA 1 - Cantor Djonga em show



FONTE: Reprodução/Twitter

No ano de 2019, Emicida lançou o álbum *AmarElo* e na sequência do projeto a Netflix lançou junto ao Laboratório Fantasma o documentário *AmarElo - É Tudo Pra Ontem*¹⁴(PRETO, 2020).

¹⁴ Disponível em

<https://www.netflix.com/watch/81306298?trackId=255824129&tctx=0%2C1%2CNAPA%40%40%7C1c68e6a8-851f->

O documentário é uma grande aula de história sobre como a comunidade negra contribuiu para o enriquecimento da cultura brasileira trazendo a sensibilidade que o rapper Emicida sabe passar.

O documentário foi gravado no Teatro Municipal de São Paulo, pois é um marco para a cultura preta. Segundo fala do rapper Emicida na produção, naquelas mesmas escadarias no ano de 1978 vários negros realizaram protestos pela violência racial contra quatro garotos de um time de vôlei e contra um homem acusado de roubar frutas, que acabou preso, torturado e logo em seguida morto. Além de ter sido construído através de mão de obra preta, somente brancos ali o frequentavam. Emicida tinha o objetivo de fazer uma noite histórica e conseguiu. “A ideia é construir um movimento dentro de um espaço físico. Quando a gente subir naquele palco, vai ser a noite que transformou a vida de muita gente”, relata o rapper no documentário disponível na plataforma *Netflix*.

FIGURA 2 - Capa de divulgação do documentário



FONTE: Reprodução Netflix

A literatura negra tem parte importante nas construções identitárias no Brasil. Se você cuidar os livros tradicionais das escolas eles não fogem da dominação cultural branca escrita por brancos que retratam assim seus personagens. A literatura negra surge da subjetividade negra em países dominados por colonizadores, e enquanto na literatura branca os personagens negros são hiperssexualizados ou malandros, a literatura negra faz essa quebra,

assim, segundo reportagem do *Brasil escola*¹⁵ pela plataforma *UOL*, a literatura negra já existia no século XIX, antes mesmo do fim do tráfico negroiro.

Ainda em participação no II Ciclo de Debates por um Jornalismo Antirracista, Campos (2021) ressalta a importância de consumir autores negros. “O conhecimento negro por base de intelectuais negros não quer ser o conhecimento, ele quer buscar um conhecimento que seja universal, mas não a partir de lógicas de referências Européias“, desta forma, consumir autores negros ajuda na descolonização de pensamentos e dá assim o espaço a tantas formas de conhecimento que no decorrer da história foram silenciadas e negadas. Entre os escritores brasileiros estão Maria Firmina dos Reis, Luiz Gama, Solano Trindade, Carolina Maria de Jesus, Luiz Silva (Cuti) entre outras personalidades. Cabe um destaque importante para três escritores chaves e essenciais: Conceição Evaristo, Jeferson Tenório e Paulo Scott.

Nascida em 29 de novembro de 1946, Conceição Evaristo trabalhou como empregada doméstica, tornou-se professora universitária de Letras, seguindo seus estudos em mestrado e doutorado. Suas obras são marcantes dentro da literatura contemporânea, na prosa e na poesia, com foco no protagonismo feminino e na discriminação racial. Conceição Evaristo traz em sua escrita a condição da mulher negra na sociedade, por isso é tão conhecida pela “escrevivência”.

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças (DUARTE E NUNES, 2020, p. 30).

Escrevivência é a vida escrita na vivência de cada pessoa, partindo da ideia de como cada um escreve a partir da perspectiva do mundo que enfrenta. Tudo aquilo que não pertencia ao escravizado como o poder da voz e a escrita, hoje nos pertence. A literatura não pode mais ignorar o poder da fala da mulher negra.

Um dos poemas mais conhecidos da autora está no livro *Poemas de recordação e outros movimentos*:

Meu Rosário

Meu rosário é feito de contas negras e mágicas.

Nas contas de meu rosário eu canto Mamãe Oxum e falopadres-nossos, ave-marias.

*Do meu rosário eu ouço os longínquos batuques domeu povo
e encontro na memória mal-adormecida*

as rezas dos meses de maio de minha infância.

As coroações da Senhora, onde as meninas negras, apesar do desejo de coroar a Rainha,

¹⁵ Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/literatura/literatura-negra.htm>

tinham de se contentar em ficar ao pé do altarlançando flores.

*As contas do meu rosário fizeram calosnas minhas mãos,
pois são contas do trabalho na terra, nas fábricas,*

*nas casas, nas escolas, nas ruas, no mundo.As contas do meu rosário são contas vivas.
(Alguém disse que um dia a vida é uma oração,eu diria porém que há vidas-blasfemas).*

Nas contas de meu rosário eu teço entumecidossonhos de esperanças.

*Nas contas do meu rosário eu vejo rostos escondidospor visíveis e invisíveis grades
e emballo a dor da luta perdida nas contasdo meu rosário.*

Nas contas de meu rosário eu canto, eu grito, eu calo.

Do meu rosário eu sinto o borbulhar da fome

No estômago, no coração e nas cabeças vazias.

*Quando debulho as contas de meu rosário,
eu falo de mim mesma em outro nome.*

*E sonho nas contas de meu rosário lugares, pessoas,vidas que pouco a pouco descubro reais.
Vou e volto por entre as contas de meu rosário,que são pedras marcando-me o corpo-caminho.E*

*neste andar de contas-pedras,
o meu rosário se transmuda em tinta,me guia o dedo,
me insinua a poesia.*

*E depois de macerar conta por conto do meu rosário,me acho aqui eu mesma
e descubro que ainda me chamo Maria.*

(Poemas de recordação e outros movimentos, p. 16-17).

Jeferson Tenório nasceu no Rio de Janeiro, no ano de 1977. Formado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é professor de língua portuguesa e literatura. Segundo o *portal da literatura afro-brasileira*¹⁶, no ano de 2020 lança *O avesso da pele*, o seu terceiro romance da carreira, livro narrado por Pedro, um jovem negro que refaz a história de seu pai, assim como Tenório na vida real, professor de literatura. O personagem é assassinado em uma abordagem da polícia e o livro consiste em ter a temática racial como centro, e construir a subjetividade de seus personagens com evidência humana de corpos que frequentemente são desumanizados.

Dentro da literatura, com formação em Direito, Paulo Scott é um dos grandes nomes da geração romancista do Brasil. Por mais que tenha iniciado na poesia, o escritor gaúcho lançou em 2019 o romance *Marrom e Amarelo*, obra finalista do prêmio Jabuti. O narrador dessa história, Frederico, foi criado com base na violência de Porto Alegre, carrega consigo

¹⁶ Disponível em <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autores/1239-jeferson-tenorio>

uma somatória de dores amorosas e também, enfrentamentos raciais. Ativista de direitos humanos, Frederico é uma mente correta e dedica a sua vida a resgatar e ajudar jovens. O livro apresenta de forma clara como o racismo opera em nosso dia e os sentimentos que fazem brotar no racismo por aqueles que o sofrem.

Ainda na parte da cultura, o portal *Arte que acontece*¹⁷ listou dez artistas afro-brasileiros que discutem o racismo. Os trabalhos percorrem assuntos que fazem parte da vida do negro e a violência causada repentinamente pelo racismo. Aline Motta, Eustáquio Neves, Rosana Paulino, Paulo Nazareth, Helô Sanvoy, Jota Mombaça, Arjan Martins, Nadia Taquary, Antonio Obá são alguns dos nomes que abordam em suas artes referências às tradições do passado e também ao mundo contemporâneo.

FIGURA 3 - Paulo Nazareth, Black neger do projeto Cadernos de África, 2012/2013



FONTE: Reprodução Internet

O Brasil tem de sobra figuras negras como símbolos nos movimentos de resistências negros. No ano de 2021, a Universidade Zumbi dos Palmares de São Paulo, elencou personalidades que fizeram a diferença durante os anos. Entre elas não poderia faltar o Zumbi dos Palmares, um ícone de resistência na escravidão.

Machado de Assis, Aleijadinho, Dandara, Tia Ciata, Carolina de Jesus estão entre as personalidades mencionadas pela Universidade, e entre elas encontra-se Elza Soares que faleceu em janeiro de 2022. Uma das maiores cantoras do Brasil, mesmo com sua dura história Elza conquistou o mundo e o Brasil, no ano de 2000 Elza Soares foi eleita pela BCC como a melhor cantora do universo, segundo o portal *JusBrasil*¹⁸.

E no mundo da poesia brasileira que encanta e mostra sua dor com sutileza, Solano Trindade foi figura importante para o povo preto. Nascido em 24 de julho de 1908, em

¹⁷ Disponível em <https://www.artequaeacontece.com.br/10-artistas-afrobrasileiros-que-discutem-o-racismo/>

¹⁸ Disponível em <https://portal-justificando.jusbrasil.com.br/noticias/273310548/a-cantora-do-milenio-e-mulher-negra-brasileira-e-feminista-elza-soares>

Recife, Solano foi poeta, cineasta, pintor, homem de teatro e um dos maiores animadores culturais brasileiros do seu tempo. Segundo o portal Museu Afrobrasil ¹⁹na visão de figuras importantes, ele quem criou a poesia “assumidamente negra no país”. Todo o seu trabalho tinha na sua característica o resgate da arte popular e a independência cultural do negro, veja uma das poesias mais marcantes de Trindade:

*Quem tá gemendo?
 Quem tá gemendo
 Negro ou carro de Boi?
 Carro de boi geme quando quer
 Negro não
 Negro geme porque apanha
 Apanha pra não gemer
 Gemido de negro é cantiga
 Gemido de negro é poema
 Geme na min'halma,
 A alma do Congo,
 Do Níger da Guiné,
 De toda África enfim
 A alma da América
 A alma Universal
 Quem tá gemendo
 Negro ou carro de Boi?
 (Cantares ao meu povo, 1961)*

3.1 O JORNALISMO NEGRO CONTEMPORÂNEO

Ser negro no Brasil hoje é uma condição objetiva e extremamente precária, aquela criança preta que nasce dentro de um sistema racista e se naturaliza com a desigualdade, vira quando adulta o resultado das dimensões do que foi ensinado como certo em um sistema estruturado pela escravidão. Existe atualmente um conflito na realidade do Brasil que persiste na história e na memória deste país pois a abolição da escravidão foi uma conciliação falsa com toda uma raça. Quando representação de hierarquias são criadas de sujeitos a grupos definidos, cria todo um bloqueio deste círculo na sociedade.

Um dos traços da violência racista é quando se estabelece, pelo preconceito de cor,

¹⁹ Disponível em <http://www.museuafrobrasil.org.br/pesquisa/hist%C3%B3ria-e-mem%C3%B3ria/historia-e-memoria/2014/12/30/solano-trindade>

uma relação persecutória entre sujeito negro e o seu corpo. “O corpo ou a imagem corporal eroticamente investida é um dos componentes fundamentais na construção da identidade do indivíduo” (COSTA, 1990, p. 6). A relação que criamos com o corpo molda toda a nossa identidade, quando notamos que nosso reflexo representa dor, este corpo sente e pensa assim, sente-se ameaçado diariamente.

O processo de tornar-se negro é doloroso e influencia na formação, aceitação e identidade do sujeito. Nem todos nascem em um ambiente com consciência racial e a negação pode acontecer dentro de casa por conta desse sistema estruturado. Ao entender-se como pessoa negra a consciência ativa toda uma observação de como nós pretos não somos o ideal da identidade branca.

No ano de 2021, para marcar o dia da Consciência Negra, um estudo intitulado “Perfil Racial da Imprensa Brasileira”, indicou que no Brasil, 98% dos jornalistas que se declaram pretos ou pardos enxergam que os profissionais de imprensa negros enfrentam mais dificuldades em suas carreiras do que os colegas brancos.

No total foram entrevistados 1.952 profissionais. De acordo com o levantamento, por mais que atualmente a população tenha na sua formação 54% de pessoas negras, somente 20,10% dos profissionais da imprensa se autodeclaram pretos ou pardos. Analisando as pessoas brancas, 61,8% ocupam cargos gerenciais dentro das redações. Se analisado no percentual de pessoas que se autodeclaram negras, a pesquisa mostra que diferente dos jornalistas brancos, os profissionais de imprensa negros são maioria em cargos operacionais (repórter, redator e produtor), representando 60,2%. Os cargos de gerência são raros e minoria nos veículos de imprensa.

FIGURA 4 - Cargo no veículo do trabalho presencial

CARGO NO VEÍCULO DO TRABALHO PRINCIPAL							
	COR / RAÇA						Total
	Branca	Preta	Parda	Negro (Preta+Parda)	Amarela	Indígena	
	%	%	%	%	%	%	
CARGOS GERENCIAIS	61,8	40,9	39,3	39,8	65,0	25,0	57,4
Diretor de redação /conteúdo / jornalismo	17,2	13,6	6,4	8,9	20,0		15,6
Editor	16,6	8,2	12,9	11,3	15,0	25,0	15,5
Editor-chefe/executivo	15,8	8,2	10,7	9,8	15,0		14,5
Colunista	5,0	1,8	2,9	2,5	5,0		4,5
Editor Assistente/Adjunto	3,4	3,6	3,6	3,6	10,0		3,5
Redator-chefe	2,3	0,9	1,4	1,3			2,0
Subeditor	0,6	4,5	0,7	2,0			0,9
Chefe de reportagem/de pauta	0,8		0,7	0,5			0,7
CARGOS OPERACIONAIS	38,2	59,1	60,7	60,2	35,0	75,0	42,6
Repórter	26,5	40,0	39,3	39,5	30,0	75,0	29,3
Outro	4,2	5,5	10,7	8,9	5,0		5,2
Redator	4,6	6,4	5,0	5,5			4,7
Pauteiro/ produtor	1,3	5,5	3,6	4,2			1,8
Âncora/Apresentador	1,5	1,8	0,7	1,1			1,4
Revisor / Preparador de texto	0,2						0,2
Diagramador/Assistente de Arte			0,7	0,5			0,1
Repórter fotográfico			0,7	0,5			0,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Base: 750 entrevistas (amostra ponderada pelo peso de cor/raça entre os profissionais de redação)
Fonte: Pesquisa Perfil Racial - Fase 1 - Questionário autopreenchido

FONTE: Projeto Perfil Racial da Imprensa Brasileira

Na segunda aula do curso “Jornalismo contra-hegemônico: reflexões para um novo presente”, idealizado e ministrado por Djamila Ribeiro na plataforma do YouTube *Feminismos Plurais*, a autora articula sua argumentação relembrando Antonio Gramsci, para explicar que a hegemonia se baseia no consentimento. Em suas palavras, quem detém os poderes econômicos e políticos se dedica também a uma ideologia para que ela seja tão naturalizada e incorporada ao senso comum, que consiga ser adotada como uma visão de mundo pelo máximo de pessoas. Se analisarmos os veículos de comunicação atualmente, é visível um movimento de incorporação para novas vozes, o debate da inclusão aumentou mas ainda assim vários grupos ficam fora deste recorte. Na segunda aula, o professor da plataforma *Feminismos Plurais*, Thiago Pereira, expõe a percepção que a hegemonia é uma realidade ideologicamente fabricada em cima de múltiplos discursos de poder, alimentando a posição de mundo que determina quem pode ou não dizer as coisas. “Reitera a percepção do mundo associado à memória colonial que hierarquiza o sujeito”, afirma Thiago em vídeo.

Ainda na fala de Djamila, ela enfatiza como os tratamentos são diferentes dentro da mídia para jovens negros e periféricos. Quando você pertence a um gênero, uma classe e uma raça, isso determina o tratamento de “suspeito de crime” dentro da imprensa. Aqui podemos pensar uma conexão com a fala do professor Thiago, sobre como esse olhar colonial de

hierarquização é significativo, com este mesmo olhar dos corpos de pessoas negras essa população é colocada diariamente em oposição ao homem branco que vira algo a ser seguido. Em 2014, a morte de Cláudia Silva Ferreira no norte do Rio de Janeiro foi motivo de questionamentos para o jornalismo. Vítima de bala perdida, a auxiliar de limpeza de 38 anos virou mais uma estatística na mídia. Durante 250 metros seu corpo foi arrastado por uma viatura da polícia militar. O fato intrigante é que a maioria dos jornais publicou a manchete como “mulher é arrastada por PM’s”²⁰, esquecendo sua identidade, seu nome e sua história.

A mulher “arrastada”, foi ferida no pescoço e nas costas, jogada no porta-malas do carro da PM para ser socorrida, pois no relatório da polícia a vítima ainda estava com vida, como consta na matéria postada no portal G1 do Rio de Janeiro. Uma mulher preta e periférica passou a ser mais um costume de mortes inevitáveis do cotidiano, assim a população se acostuma para que ninguém desenvolva empatia e questione o sistema.

Também no dia 17 de março de 2015, a página G1 do Ceará veiculou uma matéria intitulada “Polícia prende traficante com 10 quilos de maconha em Fortaleza”. Uma semana depois, no dia 27 de março, o G1 do Rio de Janeiro postou uma matéria com o título “Polícia prende jovens de classe média com 300 kg de maconha no Rio”. É possível entender a diferença? As chamadas atuam de uma forma para a pessoa branca e de classe média, quando o indivíduo negro é de outra.

FIGURA 5 – Exemplos de chamadas nos portais



Fonte: Reprodução Internet

²⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/arrastada-por-carro-da-pm-do-rio-foi-morta-por-tiro-diz-atestado.html>

Esta abordagem criminaliza e tudo isso ressoa na apuração da notícia e o estereótipo criado na construção jornalística de narrativas que se comprometem com a hegemonia política. Quando homens brancos têm o poder e domínio concentrado, quem será beneficiado serão as pessoas que vêm deste grupo social. Djamilia Ribeiro (2022) ressalta que quem tem o poder também fortalece economicamente aqueles que se parecem com ele.

Com os dados do estudo “*Perfil Racial da Imprensa Brasileira*”, identificamos a falta de pessoas negras dentro dos meios de comunicação. Como a pessoa branca pode comunicar para negros, se ele está inserido em uma hierarquia branca? Entendendo o seu lugar de fala no conjunto que integra.

Toda a falta de representação é um reflexo completo da cobertura jornalística pouco objetiva, assim, os veículos de comunicação e coletivos negros surgiram para dar a visibilidade à luta que é antirracista. Esta produção além de provocar, abre espaço para novas perspectivas jornalísticas com uma forma diferente de narrativa. Se dentro da universidade somos ensinados que a apuração deve ser objetiva, devemos mostrar de forma real todas as complexidades de gênero, raça e território.

Entre os atuais veículos que atuam no Brasil hoje, a agência *Alma Preta de jornalismo*²¹, está entre os destaques. Criada em 2015, é referência na temática racial a política nacional e o dia-a-dia dentro das periferias pela perspectiva racial. Assim entregam ao público uma maior pluralidade de vozes sem uma liderança única. Suas ações são voltadas a "encontrar reportagens, coberturas, colunas, análises, produções audiovisuais, ilustrações e divulgação de eventos da comunidade afro-brasileira”.

Já o *Correio Nagô*²², lançado em 2008, foi criado por universitários que tinham como ponto comum a luta antirracista e militavam pela democratização da comunicação. Com foco em questões raciais, o nome *Correio Nagô* já é uma forma de resistir desde os primeiros negros que foram escravizados. Considerado um dos mais influentes canais de comunicação na comunidade negra brasileira, segue a tradição da imprensa negra mundial em dar visibilidade a pautas que não são narradas pela grande mídia, trabalhando assim a comunicação antirracista.

O portal *Notícia Preta*²³, criado no ano de 2018, foi lançado na perspectiva de fazer com que a comunicação seja uma ferramenta de não reprodução de preconceitos em relação à população negra e periférica na imprensa.

A *Revista Afirmativa*²⁴ é um coletivo organizado desde 2013 e desenvolvido por estudantes de jornalismo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, o portal faz uma

²¹ Disponível em <https://almapreta.com.br/>

²² Disponível em <https://correionago.com.br/>

²³ Disponível em <https://noticiapreta.com.br/>

²⁴ Disponível em <https://revistaafirmativa.com.br/>

cobertura nacional, mas tem como prioridade a região Amazônica e Nordeste. Seu prisma é mobilizar jornalistas negros e jovens na importância da prática antirracista dentro da profissão da comunicação. Organizado pelo *Gelédés* - Instituto da Mulher Negra - o Portal *Geledés* acompanha a luta contra o racismo e sexismos. Também, muito citado por Djamila Ribeiro, o projeto Blogueiras Negras foi criado em 2012, e tem como objetivo ser referência para mulheres com ascendência africana, e quem se identifica com a luta antirracista de mulheres negras e o feminismo.

Além de portais de informações atuais, o jornalismo dialoga com outras formas de narrativa para promover o antirracismo, tal como os *podcasts* idealizados por pessoas pretas que são grande fonte de empoderamento para democratizar e conectar vozes. Quando comunicadores negros assumem estes espaços nas plataformas, a voz negra é difundida e principalmente ouvida. Atualmente são vários os *podcasts* que tratam da temática racial. Disponível no *Deezer*, *SoundCloud* e *Spotify*, o podcast *Afetos* discute o sentimento, a sensibilidade e a experiência subjetiva do que é ser uma pessoa negra. Nas plataformas *Castbox* e *Spotify*, o *podcast AfroPai* fala sobre a paternidade negra. Já o *AfroPausa* disponível no *Spotify* incentiva o mercado da comunicação plural falando sobre urgências dentro da comunidade. O projeto *Depois das 19*, disponível no *PodBean* e *Spotify* fala a respeito de notícias em alta de uma forma enegrecida. Em estilo documental o *História Preta* no *Deezer* e *Spotify*, revive em seus episódios a memória da população negra. Também criado em 2019, o podcast *Kilombas Podcast* faz parte do trabalho de conclusão do curso Dandara dos Palmares – Gênero, Raça e Etnia na Comunicação. Os episódios levantam temas como representatividade negra na mídia, autocuidado negro, religião e ancestralidade.

O episódio oito do podcast *Maria vai com as outras* tem como tema o feminismo negro, a socióloga Márcia Lima fala da importância das mulheres negras dentro da história do feminismo falando sobre a interseccionalidade e por quais motivos ela é importante, discursando ainda sobre seu trabalho de raça, gênero e justiça social.

No podcast *História Preta*, o episódio 20 de novembro leva a uma reflexão sobre o Quilombo dos Palmares e por que a história é tão importante para a luta antirracista.

E no episódio três do podcast *Afrorica\$* intitulado “História de mulheres negras: por que não nos contam?” é debatido sobre os esforços de milhares de mulheres que vieram antes de nós para que hoje pudessemos nos enxergar em melhores posições.

Os coletivos têm parcela importante na luta antirracista e acolhimento ao povo preto, cabe um destaque especial ao coletivo *Lena Santos* de jornalistas negras e negros criado em 2019 na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. O objetivo do coletivo é trabalhar na denúncia de racismo e ataques que jornalistas sofrem diariamente, atuando ainda no desenvolvimento de debates sobre como é atualmente a realidade do trabalho do jornalista negro. *Lena Santos*, homenageada pelo nome do coletivo, é uma das primeiras apresentadoras

negras do Brasil, tendo sido âncora do *Jornal Hoje*, pela TV Globo em Minas.

O jornalismo por mais que esteja procurando se moldar ainda é muito falho. Em matéria produzida pela Rede de Jornalistas Internacionais, o jornalista Bruno Torquato (2022) relatou um episódio de quando estava fazendo uma matéria a respeito de um homem negro agredido em uma distribuidora de bebidas. “A Polícia Militar alegou que ele xingou o policial de ‘patrulha’, e meu conteúdo foi publicado com abordagem de ‘Homem negro foi agredido’”, relata Bruno. Assim que a matéria foi publicada Bruno recebeu ligações para retirar a palavra negro do título pois “não se tratava disso”. Após conversar com editores, o termo foi mantido. A história de Bruno acontece todos os dias dentro e fora do jornalismo, as pessoas têm medo das palavras, mas para que a luta antirracista aconteça, os conceitos precisam ser ditos com todas as letras.

Outro episódio marcante para o jornalismo e o antirracismo dentro da comunicação foi a cobertura do assassinato de George Floyd pela *GloboNews*. Na edição do programa *Em pauta* no dia 02 de junho de 2020, às 20 horas, apenas jornalistas brancos da emissora falaram sobre o assunto, e é claro que a internet não deixou isso passar.

FIGURA 6 - Em pauta com jornalistas brancos



FONTE: Reprodução da internet

Após a enxurrada de críticas recebidas, a emissora realizou uma nova edição do programa *Em pauta* sobre o assunto com apenas jornalistas negros no dia seguinte, 03 de junho. Lembro bem da sensação de um dia ter visto apenas brancos falando sobre a morte de um homem negro, e o quão acolhedor foi me sentirrepresentado no outro dia com os jornalistas negros que fazem parte da *GloboNews*. Como um pedido de desculpas, o jornalista Marcelo Cosme, homem branco, passou o comando da edição a Heraldo Pereira, que junto a Zileide Silva, Flávia Oliveira, Maju Coutinho, Aline Midlej e Lilian Ribeiro, fomentou um novo debate.

FIGURA 7 - Em pauta com jornalistas pretos para fomentar o debate



FONTE: Reprodução da internet

A edição foi um marco e de fato ficou na história da emissora, mas pode levantar vários questionamentos. Se as pessoas não tivessem feito um cancelamento na internet a respeito de brancos não estarem em seu lugar de fala a emissora teria o mesmo posicionamento? A postura foi única e exclusiva para aquele momento, depois não se repetiu. Foram apenas seis jornalistas negros em participação, o que é um número extremamente insignificante perto da quantidade de contratados dentro da empresa.

O episódio mais recente aconteceu em junho deste ano no programa *É de casa*, quando a apresentadora Talitha Morete convidou a doceira Silene para fazer a receita de uma cocada no programa. Assim que a cocada ficou pronta, a apresentadora Thalita entregou a bandeja na mão de Silene e indicou que a cozinheira serviria os demais, sendo que ela estava sentada ao lado de outros convidados (brancos) do programa. “A dona da cocada vai fazer as honras da casa. Vai servir todo mundo, Silene! Por favor, pode oferecer porque está todo mundo querendo a sua cocada”, assim foi dito pela apresentadora. Prontamente o jornalista Manoel Soares, homem negro, fez uma intervenção necessária barrando o infeliz episódio no ao vivo. “Vamos fazer o seguinte? Eu vou ser o seu garçom e você vai me orientar para quem vou servir, porque você não vai servir ninguém”, disse Manuel. A cena claramente viralizou nas redes sociais, pois apenas o homem preto teve o bom senso de identificar que aquela atitude fazia parte de um racismo já naturalizado. A mulher preta servindo as pessoas brancas. Em matéria ao portal *Terra* no ano de 2022 sobre sua trajetória de vida²⁵, Manoel especifica que a intervenção ocorreu por conta da iconicidade do cenário, pois viu um grupo de pessoas brancas sentadas, um homem negro privilegiado sentado, e a moradora da favela servindo eles, mais uma reprodução de um cenário que causa dor.

O movimento do jornalista Manoel neste episódio justifica muito de como a imprensa e o jornalismo hoje deve e precisa ser antirracista. Em março do ano de 2022, o canal *Festival 3i*, veiculou pela plataforma Youtube, o projeto “*Diálogos: Uma perspectiva para um*

²⁵ Disponível em <https://www.terra.com.br/nos/eu-sou-a-consequencia-de-uma-luta-reflete-manoel-soares-sobre-sua-trajetoria-na-tv.a3c50ae5ef827d7d57097fd934e86da0cfyaozov.html>

jornalismo antirracista". A entrevistada Rosana Borges, Jornalista, doutora em Ciências da Comunicação, professora colaboradora do Colabor (ECA-USP), trouxe uma visão direta sobre assunto. "O racismo se mantém na invisibilidade, é papel do jornalismo tirar ele desse lugar invisível", destaca Borges (2022) na discussão do projeto *Diálogos: Uma perspectiva para um jornalismo antirracista*.

Quando trago isso para minha vivência reflito que se eu tive três professores pretos entre ensino fundamental, ensino médio e graduação é muito. Criamos uma ideia de produtividade branca pois por mais que estejamos vivendo em uma sociedade "inclusiva", nosso corpo docente é não negro e extremamente branco de classe média.

4 AÇÕES PONTUAIS

Para pensar no jornalismo negro contemporâneo precisamos observar o cenário atual das ações pontuais que acontecem, o que existe hoje dentro das instituições que funcionam. A Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ) é incorporada às lutas em defesa dos jornalistas e do jornalismo no Brasil. Criada em 20 de setembro de 1946, sempre se destacou na longa e árdua jornada pela adoção de regras que organizassem a profissão e garantissem para a sociedade acesso público à informação ética e plural. Em suas ações pontuais estão o compromisso da mídia no combate ao racismo, como a organização de coletivos de jornalistas antirracismo nas entidades sindicais, e pauta dos Congressos Nacionais promovidos pela FENAJ. Em seu site, a federação ainda destaca “Nos congressos de jornalistas têm sido apresentadas discussões e propostas que buscam sinalizar diálogos possíveis para a efetiva promoção da desconstrução do racismo e o combate às desigualdades raciais no campo da comunicação. Entre os temas em debate está o questionamento às empresas de comunicação sobre a qualidade dos serviços prestados e dos produtos e conteúdos veiculados, que negam a rica diversidade cultural deste país” (FENAJ, 2015).

No mês de novembro de 2021, a FENAJ participou da divulgação de um espaço de reflexão sobre representatividade e representação das pessoas negras no jornalismo, realizado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo (SJSP), por meio da Comissão de Jornalista pela Igualdade Racial (Cojira).

Em 2019, a Cojira-SP em parceria com o Núcleo de Estudos Étnico-Raciais das faculdades FMU-FIAM-FAAM convidou para a Roda de Conversa o advogado Hédio Silva Jr, que falou sobre o processo de Direito de Resposta ganho contra o Grupo Record TV, por ofensas e injúria racial dirigidas aos seguidores de religiões Afro-brasileiras. A ação demorou 16 anos para ser cumprida, acumulando prejuízos aos seguidores de Umbanda e Candomblé, resultando em práticas de racismo religioso e intolerância religiosa, que extrapolaram a tela da TV. Jornalistas e convidados debateram questões importantes em torno do tema.

Já a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) vem fazendo uma grande movimentação nos últimos dois anos referente a ações voltadas ao combate do antirracismo. No ano de 2020 na programação de eventos para o mês da consciência negra, o campus de Frederico Westphalen promoveu um bate papo sobre “*Antirracismo e ações afirmativas*”, com a Relações Públicas Luana Daltro. Em 2021, o Núcleo de Pesquisa e Práticas em Direito

Internacional (NPPDI – CNPq/UFSM) realizou uma *Oficina de Direitos Humanos Antirracismo, Deocolonialidades e Direito Internacional*, com a Professora dos Programas de Pós-graduação em Direito e em Relações Internacionais, Karine de Souza Silva, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Já no ano de 2022, com as necessidades e desafios para a construção de uma perspectiva educacional antirracista, o Observatório de Direitos Humanos da UFSM e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas promoveram a formação “*Racismo e Antirracismo: Perspectivas Pedagógicas*” direcionado aos educadora(e)s das redes de educação básica em Santa Maria e região. O objetivo do curso de formação era de auxiliar na compreensão do caráter estrutural que o racismo possui na nossa construção social, colaborar no desenvolvimento de perspectivas pedagógicas antirracistas e propiciar que os professores da rede se tornem multiplicadores dessas pautas em suas atuações profissionais.

5 BREVE MANUAL DE JORNALISMO ANTIRRACISTA

Pensar em jornalismo é pensar em como entregar uma narrativa plural ao outro, em atitude dialógica. Assim, a proposta de um jornalismo antirracista é um esforço coletivo para pautar um jornalismo que seja mais inclusivo. Segundo a PNAD (2022) mais de 56,1% da população brasileira se autodeclara preta, ou seja, mais da metade da população preta no país, que não é vista nos espaços de grande visibilidade, nos cargos de poder e nem dentro das redações da imprensa Brasileira.

Um jornalismo antirracista deve ser baseado na pluralidade de fontes, de pautas e na presença de negros nas redações, sendo o jornalismo uma importante chave para a propulsão e o debate de ideias e de discussões sensíveis na sociedade contemporânea. No cenário nacional de desigualdades e de dívidas sociais históricas, as práticas antirracistas são essenciais na construção de um jornalismo atento ao seu tempo.

Falar de uma comunicação antirracista é não negar que o Brasil é um país moldado num sistema escravagista, onde relações políticas são baseadas no racismo. Um país em que o negro esteve sempre em um lugar de desvantagem, para que o branco não saísse da sua zona privilegiada. Porém, entregar para a comunidade uma construção coletiva de um veículo de mídia/jornalismo antirracista exige um letramento racial.

A proposta de delinear aqui um manual para jornalistas e estudantes é oferecer, de uma forma didática e dialogada, alguns elementos que ajudem no combate ao preconceito e ao racismo no jornalismo, propondo repensar as práticas profissionais e narrativas. Assim, traçar reflexões para que todos que se interessem no aprofundamento do aprendizado da prática antirracista, entendam que todos somos agentes nesta luta que é globalizada.

Para Almeida (2020), a mudança dentro da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de uma postura e da adoção consciente de práticas antirracistas. O objetivo deste manual, ao final, é convidar à compreensão dos elementos que devem permear práticas para desenvolver e consolidar, com o tempo, um jornalismo antirracista e plural.

A dominação branca na história do Brasil ainda impacta diretamente no sistema social. É comum - e não deveria mais ser -, as pessoas perguntarem se o certo é falar "preto" ou "negro". Ou: qual a diferença entre preconceito e racismo? Sem contar o amplo emprego de expressões racistas no vocabulário cotidiano. Um jornalismo antirracista, desse modo, requer de jornalistas e de estudantes uma revisão do seu próprio manejo da linguagem. Por isso, alguns verbetes e expressões-chaves servem de aporte para um jornalismo mais plural.

Preconceito, racismo e discriminação ainda são confundidos pelas pessoas e pelos meios de comunicação. Para a construção de um jornalismo antirracista, é mais do que essencial saber a diferença dos três termos. Antes de defini-los, é necessário saber que todos partem da definição de raça. A raça é constituída pelo fator biológico, onde a identidade racial é atribuída a algum traço físico. Para Almeida (2019), entretanto, a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários. Mas afinal, sabemos o que é o racismo?

Para Almeida (2019), o racismo é a forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento. Pode ser manifestado com práticas conscientes ou inconscientes, que resultam na desvantagem ou alguns privilégios para indivíduos, dependendo do grupo racial que pertençam. Mas lembre, racismo é diferente de preconceito racial e discriminação racial. O preconceito racial é baseado em estereótipos de indivíduos que pertencem a um grupo racializado. De acordo com Almeida (2019), pode ou não resultar em prática discriminatória. Quando você olha para uma pessoa negra na rua e muda o lado da calçada, quando você acha que o negro é violento ou então que orientais são extremamente inteligentes, são exemplos natos de preconceitos.

Discriminação racial, por sua vez, é o tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Almeida (2019) define que a discriminação tem como fundamento o poder, tratar um grupo de forma ofensiva e desigual por suas características. Expressões populares refletem o racismo pois as palavras contam com origem e sentidos históricos, o termo negro ainda é ligado ao negativo pois a história fez com que o branco fosse associado ao bom. Da mesma forma que expressões racistas que foram naturalizadas, inclusive na imprensa devem ser abolidas. São expressões como “mulata”, “denegrir”, “criado-mudo”, “mercado negro” e “inveja branca”, devem ser evitadas e, principalmente, corrigidas. A mudança de comportamentos e de hábitos faz com que a exclusão destas expressões não dê mais espaço para o preconceito racial, o jornalista tem um papel fundamental na legitimação de discursos, trabalhar com ferramentas básicas para a quebra do preconceito já é um grande passo para a luta antirracista.

De acordo com o relatório final da pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro de 2021* realizado pela UFSC, o perfil dos jornalistas no Brasil ainda são majoritariamente mulheres (58%), brancas (68,4%), ainda no relatório de pesquisa é encontrada a estimativa de categoria por cor-raça, sendo brancos/as – 67,8%, pardos/as – 20,6%, pretos/as – 9,3%, amarelos/as – 1,3%. Com essas estimativas, é visível o quanto o jornalismo ainda é concentrado e,

majoritariamente, branco, e precisa ser mais inclusivo. Se a pluralidade não se iniciar dentro do processo jornalístico, não será encontrado no produto final.

Na prática, no entanto, como o jornalismo deve pensar e atuar para o antirracismo?

O processo de produção jornalístico desde seu início já deve ser pensado de forma antirracista, a forma de selecionar fontes, selecionar pautas, divulgar matérias já ajuda na reflexão antirracista. Se você não se interessa por pautas plurais, reforça estereótipos em cima de corpos negros, usa recorrentes termos grosseiros, o desconhecimento étnico racial refletirá dentro da redação. Proponho assim, com base em matéria desenvolvida no ano de 2020 pelo portal *Énois* intitulado “*Como fazer jornalismo antirracista já (além da hashtag)*”, dez pontos para pensar em como atuar na luta antirracista dentro do jornalismo. São eles:

1. Para ser um jornalista atuante na luta antirracista e plural você deve discursar menos e agir mais. Tenha compromisso com a causa defendida. Para a construção de um jornalismo antirracista, caso você seja uma pessoa branca, antes de tudo você precisa reconhecer o privilégio da sua branquitude;
2. Não escute pessoas negras somente no mês de novembro, como no Dia da Consciência Negra, ou para falar de racismo. Saia da narração de trajetória e de sofrimento para a ascensão da pessoa preta. A história já nos entregou sofrimento demais até hoje, queremos ouvir agora os dias de glória;
3. Estude. Não use seus amigos ou fontes negras como “blackpédias” ou beábas. A história do povo negro existe e você precisa estudá-la;
4. Não reforce estereótipos racistas. Não mencione a raça negra em seus textos ou conteúdos se você não faria o mesmo com uma pessoa branca. Cuide para que a diferenciação não reforce desigualdades;
5. Trabalhe as perspectivas de raça e de gênero dentro das pautas. Fale sobre como a população negra é impactada diariamente na economia, no ramo empresarial, no sistema de educação e saúde. Aprofunde essas perspectivas de modo inter relacionado;
6. Não deixe que vidas negras virem apenas estatística. Trabalhe a pauta racial com a mesma seriedade e empenho dedicados a outras pautas. A vítima tem um nome e uma história, e o racismo age nestas situações de apagamento;
7. Contrate profissionais negros. Estimule a diversidade em sua redação, veículo ou agência. Algumas coisas só podem ser faladas por quem vivência o que é ser negro no Brasil;

8. Relembre de modo constante seu compromisso de atuar contra padrões racistas e estereotipados, tenha um equilíbrio no seu ponto de vista e ajude a protagonizar histórias e lutas;
9. Antirracismo é um compromisso editorial. O jornalismo como agente de propulsão da discussão é parte fundamental para estimular e para manter, em nossa sociedade, um conjunto coeso de práticas antirracistas;
10. Não seja jornalista de *#hashtag*. Para além das redes sociais, apoie políticas educacionais e ações afirmativas durante o ano.

Além de como colocar em prática o pensamento e a ética necessárias para atuar no antirracismo, precisamos lembrar que, como jornalistas, trabalhamos com as palavras, elas norteiam nossa caminhada de formação e, principalmente, nossa rotina profissional. Pensar em palavras e no manejo do vocabulário é pensar que o uso da linguagem também é operado a partir de uma formação racista e desatenta ao sentido de pluralidade. Expressões naturalizadas, tidas como "inocentes", revelam de modo explícito e/ou inconsciente, o racismo estrutural em nossa sociedade.

Para Adilson Moreira (2019), as palavras comunicam valores culturais e não deixam de contribuir com uma carga semântica negativa devido a uma suposta ausência de motivação psicológica. Neste prisma, se as palavras operam valores culturais, mesmo que você não tenha a intenção de propagar algum sentido negativo, isso pode acontecer. Mesmo que a palavra não tenha uma origem racista, ela pode ser usada para esta finalidade. Rever nosso vocabulário, inclusive na coloquialidade cotidiana, portanto, é fundamental. Há expressões racistas recorrentes no dia a dia e que você deve evitar. No ano de 2022 o Tribunal Superior Eleitoral divulgou uma cartilha “*Expressões racistas: como evitá-las*”, e a Defensoria Pública do Estado da Bahia o “*Dicionário de expressões (anti) racistas: e como eliminar as microagressões do cotidiano*”. Conheça alguma dessas expressões:

1. “A coisa tá preta”: A expressão tem caráter racista para associar pessoas negras a coisas ruins. Seu sentido majoritário é fazer referência a uma situação negativa. A forma mais correta seria optar por “a situação é difícil” ou “o caso é complexo”.
2. “Boçal”: No período escravocrata, o termo era usado para designar pessoas escravizadas que não sabiam falar o português. A expressão é utilizada hoje para falar de pessoas sem educação formal. Evite-a em seu vocabulário.
3. “Cabelo ruim, cabelo duro”: As expressões são utilizadas para fazer referência aos cabelos crespos. São termos com cunho racista e fazem lembrar, por exemplo, do caso de uma marca de esponjas de aço que relançou seu

produto, antes batizado de "Bombрил", com o nome de "Krespinhas". O nome da marca inclusive é usado também, de modo pejorativo, para designar cabelos de pessoas negras. A forma correta é apenas dizer "cabelos crespos" ou "cabelos cacheados", conforme as características do cabelo.

4. "Criado-mudo": Uma das explicações da expressão é a referência aos criados, pessoas escravizadas, que deviam segurar objetos para seus senhores e ficarem ao lado deles, mas proibidos de falar. A forma correta de designar o móvel que fica ao lado da cama é "mesa de cabeceira".
5. "Da cor do pecado": A expressão supostamente serve como elogio para falar da cor da pele de alguém. O pecado, inserido na sociedade cristã brasileira, obviamente não é associado a coisas positivas, mas sugere algo tentador, que convida e provoca. Assim, associa a cor da pele de alguém a um pecado. Ecoa, ainda, o histórico de homens brancos que violentaram sexualmente mulheres escravizadas e que viam esse comportamento masculino como algo normal. Evite o termo.
6. "Denegrir": De origem latina, com significado de enegrecer, seu uso está associado à mulambar, manchar e/ou sujar algo. Reforça a ideia preconceituosa que liga pessoas negras à coisas ruins. Os termos corretos são "difamar" ou "caluniar", conforme a situação;
7. "Escrava/o": O termo passa a ideia de que a pessoa já nasceu sem liberdade, ignorando que as pessoas africanas foram trazidas ao Brasil, forçadas a trabalhar nesta condição. O termo correto é escravizado.
8. "Feito nas coxas": A expressão popular se deu na época da escravidão brasileira quando telhas, argila, eram moldadas nas próprias coxas pelas pessoas escravizadas. Desta forma, pelo tamanho variar, já que cada pessoa fazia sua telha em sua própria perna, era visto como trabalho de baixa qualidade. A expressão reproduz uma ideia racista portanto deve ser abandonada ou substituída por outra que transmita a mesma mensagem.
9. "Inveja branca": Ver o branco como algo positivo faz com que o termo seja carregado de estereótipo, reforça tudo associado ao preto (cor, pessoas) ao comportamento negativo. A alternativa na troca da expressão é "admiro o que você fez e gostaria de fazer igual".
10. "Macumba": A palavra concentra forte carga de preconceito religioso e racial, associando as religiões africanas a ideias que devem ser desprezadas por serem maléficas. Porém, a macumba também é um instrumento de percussão

de origem africana parecido com o reco-reco. Para o candomblé, a oferenda é chamada de ebó. Na umbanda, é designada como despacho.

11. “Meia tigela”: Quando os negros trabalhavam nas minas de ouro à força, nem sempre conseguiam alcançar suas metas. Assim, como forma de punição, recebiam metade da tigela de comida. A alternativa de usar a expressão pode ser medíocre ou mal feito.
12. “Mercado negro/ lista negra/ humor negro”: Os três termos carregam o simbolismo de associar sempre o negro a algo ruim, ilegal ou inferior. As alternativas para a troca dos termos podem ser mercado clandestino, lista proibida e humor ácido.
13. “Mulato”: Este é um dos termos que mais causam polêmica no vocabulário. A palavra serve para se referir a mulheres negras que possuem o tom de pele mais claro, o que mostra como as pessoas afastam a negritude do conceito de beleza. Ainda, hiperssexualiza a mulher negra fazendo com que ela seja vista como um objeto de desejo. Opte por utilizar sempre e somente os termos negra ou negro.
14. “Serviço de preto”: A expressão tem duas conotações, pode ser utilizada como trabalho feito de forma inadequada, como se só pessoas brancas fossem capazes de fazê-lo, ou pode significar também o serviço braçal pesado. Nas duas formas, entende-se que pessoas negras só têm possibilidade de realizar tarefas de forma inadequada ou exercer funções que necessitam de força física, e não outros trabalhos. Nos dois sentidos, a expressão deve ser abandonada por apresentar perspectiva racista.
15. “Ovelha negra”: A expressão associa a pessoa negra a algo ruim, ilegal ou desviante, fora do padrão. Evite o termo.

Moldar o vocabulário faz parte da construção de um jornalismo antirracista. Ao perpetuar essas expressões de caráter racista, reforçamos o preconceito racial. O que pode parecer uma brincadeira ou elogio pode ser, na verdade, uma forma escancarada do racismo.

Os verbetes, termos e reflexões sugeridas para a construção de um jornalismo antirracista são apenas a ponta do *iceberg* que reflete diariamente o seu tamanho nas páginas de jornais, nas estatísticas de mortes de negros durante os anos e nas denúncias contra o racismo que aumentam a cada dia. Perceber-se dentro de um sistema de opressão racial é a parte mais importante nesse processo.

Este breve manual serve para refletir não somente a questão racial, mas também enxergar os privilégios que grupos têm diante de outros e devem policiar-se para uma nova consciência. Não quero que após essa leitura você vista o personagem de um branco salvador ou de um herói, quero que a reflexão que fica sirva para você entender que o antirracismo vai além de alguma postagem ou *hashtag* no mês da consciência negra, precisamos de ações e promoções de diversidades e igualdades. Antes de dizer que você não é racista, veja o que você faz ativamente em sua vida hoje para combater o racismo. Rever suas atitudes e enxergar privilégios, entender a linguagem carregada de valores, pesquisar e estudar produções feitas por pessoas negras já são algumas das ações a serem feitas.

A construção de práticas antirracistas busca estimular um autoconhecimento e entender que essa luta pela transformação da sociedade não é só minha, não é só da Maria ou do João, ela é de todos.

As dívidas sociais históricas, a desigualdade, devem ser combatidas com a prática antirracista nesta construção do jornalismo que está atento ao seu tempo. Somente com o letramento racial nos veículos de mídia/jornalismo uma construção coletiva irá acontecer. Manejar a linguagem, a mudança de comportamento e hábitos é um papel fundamental em toda legitimação de discurso dentro desta luta.

A importância desta perspectiva ajuda no combate ao preconceito e racismo que existe dentro do jornalismo repensando práticas profissionais e narrativas, o objetivo é de compreender os elementos que permeiam as práticas para desenvolver e consolidar no tempo um jornalismo antirracista e plural.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Raça, resistência negra e jornalismo. Para poder falar sobre o antirracismo estes três termos são essenciais em sua concepção. No ano de 2019 a mineira Conceição Evaristo vencedora do Prêmio Jabuti 2019, participa do álbum "*Voz Bandeira*", de Marina Iris, lendo seu poema "*Da calma e do silêncio*", em sua estrofe da poesia é possível refletir em como palavras são intensas e necessárias: "*Quando eu morder a palavra, por favor, não me apressem, quero mascar, rasgar entre os dentes, a pele, os ossos, o tutano do verbo, para assim versejar o âmago das coisas*" (EVARISTO, 2019). Durante toda a história do Brasil o negro foi silenciado pela hegemonia dominante que escreveu e contou a história pela sua perspectiva branca ocidental. Todas as vozes que um dia foram supridas hoje gritam com intensidade para não deixar a história se perder.

Por isso, metaforicamente, em forma de um grito, este estudo tem como objetivo instigar a pensar as formas de construir um jornalismo antirracista na atualidade brasileira, com base na compreensão, práticas e reflexões para jornalistas e estudantes. Assim, a finalidade é de identificar e compreender a inserção do debate antirracista nas práticas jornalísticas, contextualizar aportes e processos para o jornalismo antirracista, e desenvolver um manual antirracista para jornalistas e estudantes de jornalismo. A proposta, para além da reflexão, é oferecer reflexões que sustentem a elaboração de um manual antirracista para jornalistas e estudantes de jornalismo, criando ferramentas didáticas no apoio educacional e acadêmico para um jornalismo antirracista que ajudem no enfrentamento e erradicação do preconceito e do racismo, tornando o jornalismo plural e transformador dentro da comunicação.

Os livros de história contados pela dominação branca impactam todo o nosso sistema social e o no campo da comunicação não foi diferente, o jornalismo se desenvolveu em um imaginário que é sustentado pelo racismo. Toda a transição do período escravocrata até a atualidade ainda reflete na sociedade e no comportamento dos indivíduos, por isso o antirracismo deve ser feito na prática, não somente na teoria. O Brasil não suturou a ferida aberta que se chama escravidão, o racismo segue estampado nas estatísticas, nas capas e manchetes de jornais, na desigualdade social e dentro das periferias, desta forma, a discussão do jornalismo antirracista é um exercício básico para a profissão desconstruindo hierarquias sociais e o racismo dentro da sociedade como um todo.

No primeiro capítulo deste trabalho foi trabalhado a concepção de raça, como se deu o processo de escravidão no Brasil e todo o processo até a abolição da escravidão. Também trabalho as definições de branqueamento e democracia racial.

A raça é constituída pelo fator biológico, onde a identidade racial é atribuída a algum traço físico. Porém ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários. Segundo Almeida (2019) entender o processo da escravidão até a abolição é compreender o fundamento deste pensamento e todo processo de industrialização da economia brasileira para chegar até ela. Iniciada pelos portugueses por volta de 1530 os negros escravizados faziam todo o trabalho braçal na agricultura e mineração, também servindo como domésticos nas casas grandes. Vistos como um produto de venda, viviam em péssimas condições. As pressões políticas fizeram com que a família real cedesse ao movimento abolicionista e o “fim” da escravidão. Por conta disso em 13 de maio de 1888 a princesa Isabel assinou a Lei Áurea que declarou como extinta a escravidão no Brasil. Após o 13 de maio os negros foram apenas jogados para a sociedade sem nenhuma perspectiva de alfabetização ou moradia, a família real foi embora e o racismo somente piorou.

Para entender a branquitude é necessário entender como são construídas as estruturas de poder em que a desigualdade racial é ancorada. Assim, a branquitude reflete todo privilégio das pessoas brancas em uma sociedade que é estruturada pelo racismo pois estudiosos da época defendiam que existia um padrão genético superior a raça humana, no caso, brancos eram melhores fisiologicamente em comparação a asiáticos, indígenas e negros. O medo se dava pelo grande processo de miscigenação no Brasil, na perspectiva, descendentes de negros ficariam mais brancos a cada geração. Mas se falo de um Brasil miscigenado, falo de um Brasil plural que busca a igualdade e equidade entre todos. Falar do Brasil é deixar claro que aqui uma democracia racial nunca existiu. A democracia racial consiste em um país sem racismo, direito igual a todos, o que ocorreu em nosso país foi uma grande inversão de realidade.

Para trabalhar todos estes conceitos, me apoiei nos escritores Abdias do Nascimento (1978); André Sodré (2018); Andreas Houfbauer (2016); Arethusa Helena Zero (2003); Inês Osório (2015); Kabengele Munanga (2003); Silvio de Almeida (2019) e Stuart B. Schwartz (1987).

No segundo capítulo, você encontrou as definições de racismo e os tipos de racismo identificados no Brasil, assim como as definições atuais de antirracismo. Também. a resistência negra na história da imprensa, o movimento negro e sua importância, para encaminhar a leitura sobre o lugar de fala e o lugar de escuta.

O racismo em toda história continua sendo uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento. Pode ser manifestado com práticas conscientes ou inconscientes que resultam na desvantagem ou alguns privilégios para indivíduos, dependendo do grupo racial que pertençam, ainda, é uma ideologia para produzir os privilégios para um grupo em detrimento de outro, cotidiano ou não, acontece na reprodução de olhares, gestos e discursos. Por viver em uma sociedade construída na hierarquia, o racismo faz com que corpos negros sejam vistos como impróprios, fora do lugar, assim não podem pertencer. O racismo de acordo com Almeida (2019), pode ser institucional e individualista. Já o antirracismo implica, em sua essência, na capacidade de identificar o racismo e fazer algo a respeito, ainda, pode ser visto como um estado de consciência e tem um trabalho constante de desconhecimento histórico, que nos traz até os dias de hoje

A resistência negra foi e segue até hoje um dos maiores marcos na luta do antirracismo. A imprensa negra surgida já no período da escravidão teve em seu papel retratar e de forma leal os acontecimentos pela perspectiva do povo preto. Os negros sabiam da importância do debate sobre políticas de práticas raciais, com isto uniram-se em uma forma alternativa na comunicação para reivindicar seus direitos. Mesmo que articulada, a imprensa branca sempre esteve em domínio, assim, um ponto importante foi a reafirmação da raça negra, de forma que a imprensa refletia como era a articulação da comunidade e principalmente o conceito “a si mesmo”. Com o tempo mais veículos negros surgiram de forma que acompanhavam as mudanças sociais e a comunicação negra se estabeleceu, se fortificou e ajudou na elaboração da discussão da negritude e o antirracismo no jornalismo. Movimentos sociais da época corroboram para o avanço de lutas e reivindicações, como o *Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial* e o *Movimento Negro Unificado*. Esta movimentação consistia de jovens militantes que levantaram a discussão de identidade para a época. Com esta forma de resistência a sociedade começa a pensar discussões mais contemporâneas a respeito de identidade, etnicidade, racismo e cidadania, segundo Trapp e Silva (2011).

Os movimentos fizeram com que o negro ocupasse o seu lugar de fala, nessa perspectiva, saber que quem vivencia uma realidade sabe falar melhor do que ela do que qualquer pessoa, porém, o lugar de fala é localizado no tempo e espaço. É preciso entender e estudar a cultura de onde estamos para poder manifestar um diálogo entre todos, mas além disso, saber ouvir. O lugar de escuta neste prisma é tão importante quanto o recuo do privilégio de ser voz para se colocar como ouvinte, isso faz com que a pessoa entenda a necessidade do outro.

Para falar sobre estes assuntos trabalhei com ideias dos escritores Alastair Bonnett (2000); Andreea Deciu Ritivoi (2016); Ângela Pereira Oliveira (2017); Clóvis Moura (2002); Deivison Campos (2021); Djamila Ribeiro (2019); Dom Hélder Câmara (2017); Francisco Leite (2021); Grada Kilomba (2019); Jessé Souza (2017); Jurandir Freire Costa (1990); Rafael Petry Trapp e Mozart Linhares da Silva (2011); Silvio de Almeida (2019); Sueli Carneiro (2011) e Ynaê Lopes Santos (2022).

Ao propor o terceiro capítulo, fiz uma reflexão de como a arte é forma de resistência. Na música, cito nomes como Leci Brandão, Emicida, Racionais MC's, Jorge Aragão e Djonga, na literatura Aline Motta, Eustáquio Neves, Rosana Paulino, Paulo Nazareth, Helô Sanvoy, Jota Mombaça, Arjan Martins, Nadia Taquary, Antonio Obá, na arte Aline Motta, Eustáquio Neves, Rosana Paulino, Paulo Nazareth, Helô Sanvoy, e na poesia Solano Trindade. Ainda falei brevemente sobre o jornalismo negro contemporâneo, com exemplos de portais de comunicação como *Alma Preta de Jornalismo*, *Notícia Negra* e alguns exemplos de *podcasts* e coletivos na causa antirracista.

O jornalismo negro contemporâneo atualmente faz toda a diferença na luta antirracista dentro da comunicação. Os poderes econômicos políticos são detidos por grupos determinantes, o que naturaliza o senso comum e ideologias naturalizadas. Novas vozes estão sendo inseridas no jornalismo para aumentar o debate da inclusão diariamente, quebrando a memória colonial hierarquizada. Toda a falta de representação é um reflexo completo da cobertura jornalística pouco objetiva, assim, os veículos de comunicação e coletivos negros surgiram para dar a visibilidade à luta que é antirracista. Esta produção provoca, abre espaço para novas perspectivas jornalistas com uma forma diferente de narrativa. Vários veículos hoje atuam no Brasil, a agência *Alma Preta de jornalismo*, o *Correio Nagô*, o portal *Notícia Preta*, a *Revista Afirmativa* e *podcasts* são exemplos de ações idealizadas por pessoas pretas para democratizar e conectar vozes junto a coletivos trabalhando a ascensão de discussões raciais.

O quarto capítulo é voltado para ações pontuais que, atualmente, associações de jornalistas e universidades têm oferecido para a promoção da igualdade e o antirracismo como uma ferramenta de luta, foram pontuados neste capítulo a Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ), o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo (SJSP), a Comissão de Jornalista pela Igualdade Racial (Cojira) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

O quinto capítulo apresenta um breve manual de jornalismo antirracista para estudantes e jornalistas. A proposta é oferecer de uma forma didática e dialogada, elementos

que ajudem no combate ao preconceito e racismo no jornalismo e suas práticas. Assim, traçar reflexões para que todos que se interessem no aprofundamento do aprendizado da prática antirracista, entendam que todos somos agentes nesta luta que é coletiva e globalizada. O objetivo deste breve manual é compreender práticas para desenvolver e construir um jornalismo antirracista ofertando verbetes, expressões-chaves e aportes que irão ajudar na construção de um jornalismo plural.

Com relação ao primeiro objetivo específico, de identificar e compreender a inserção do debate antirracista nas práticas jornalísticas, procurei contextualizar a história da imprensa negra e como isso reflete atualmente nos novos moldes de se construir um jornalismo antirracista. Para criar um debate antirracista compreendi que a atuação de jornalistas em toda a produção de pautas plurais impacta diretamente na prática antirracista. Desconstruir enquadramentos, denunciar racismo e trabalhar dentro das linhas editoriais são essenciais nas práticas jornalísticas. A inserção do debate antirracista acontece hoje de forma gradual e aqui o jornalismo negro contemporâneo ganha um grande destaque, a inserção das novas vozes aumenta o debate da inclusão diariamente, dando visibilidade na luta antirracista. Portais de comunicação, veículos independentes feitos por pessoas negras conectam e democratizam a inserção do debate antirracista na prática jornalística.

Já para alcançar o segundo objetivo específico, o de contextualizar aportes e processos para o jornalismo antirracista, precisei estudar e aprofundar a discussão sobre temas-chaves na questão racial. Contextualizar o que é raça, escravidão, o racismo e seus tipos, o antirracismo, entender a construção da imprensa negra e os movimentos de resistência, a resistência simbólica e o jornalismo negro contemporâneo foram cruciais para compreender o desenvolvimento de um jornalismo antirracista. As contextualizações reiteraram a importância de cada vez mais as pessoas estudarem e se atualizarem dentro da história negra e suas temáticas para criar um processo dentro do jornalismo antirracista.

O terceiro e último objetivo específico consistiu em desenvolver um breve manual antirracista para jornalistas e estudantes de jornalismo.

De forma breve pude instigar e incentivar a pensar em um jornalismo com narrativa plural e de atitude dialógica. Oferecer assim elementos que ajudam a combater o preconceito e o racismo no jornalismo repensando as práticas profissionais e narrativas. Essas reflexões fazem com que todas as pessoas criem o interesse e se aprofundem na prática antirracista que requer desconstrução e estudo, os elementos que permeiam as práticas no desenvolvimento de um jornalismo plural e antirracista podem e devem ser trabalhados com base em verbetes e expressões-chaves e aportes para um jornalismo antirracista.

Durante toda a construção deste trabalho pude refletir que em termos de estrutura que ainda é necessário mais produções e ações pontuais presentes nas formações acadêmicas e profissionais. Aprender a construir um jornalismo antirracista deve iniciar dentro das universidades que possuem um arquivo bibliográfico de autores negros mínimos juntos ao corpo docente e assuntos abordados nas grades curriculares. É necessária uma nova estruturação para pensar e refletir concepções e práticas do jornalismo antirracista a partir de entender como o debate ocorre atualmente analisando contextos e processos, construindo um manual para estudantes e jornalistas basearem-se e aproximarem-se do antirracismo dentro da prática na comunicação.

Já no jornalismo de campo, na prática, várias pautas precisam ser discutidas. É preciso falar sobre o processo de miscigenação no Brasil, as pessoas não sabem o que foi o movimento da branquitude e principalmente o que é o colorismo. É preciso falar sobre corpos negro sexualizados e estereótipos criados em cima de corpos negros, abrir a discussão principalmente em como o jornalismo ainda ressalta essas questões e na maioria das vezes não combate na prática o racismo em suas coberturas.

É importante frisar que o antirracismo não é uma luta somente de pessoas pretas, ela é uma luta de todos, a ideia de um manual antirracista neste contexto consistiu em criar ferramentas que ajudem a fazer do jornalismo mais plural para de fato ser a transformação dentro da comunicação.

Hoje já existe um movimento em busca de uma nova forma de fazer jornalismo e esse processo irá pluralizar as redações e os veículos de comunicação em todas as funções. Por fim, retomando os pontos fundamentais que nortearam esse trabalho a passos curtos ou largos, a transformação em busca de um jornalismo antirracista já começou, quando os primeiros negros resistiram, quando a imprensa negra se consolidou e quando os movimentos sociais foram as ruas. E assim seguiremos, resistindo, lutando e fazendo um jornalismo antirracista.

REFERÊNCIAS

- AFIRMATIVA. **Revista Afirmativa**. 2014. Página inicial. Disponível em: < <https://revistaafirmativa.com.br/> >. Acesso em: 12 jun. 2022.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** São Paulo: Pólen, 2019.
- AULA 2 – **O que é hegemonia?** (2022). 1 vídeo (27min10s). Revisão e roteiro: Luiz Maurício Azevedo. Publicado pelo canal Feminismos Plurais. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tR_r13GQqgo. Acesso em: 12 jun. 2022.
- AULA 5 – **Lugar de fala (2022)**. 1 vídeo (30min45s). Revisão e roteiro: Luiz Maurício Azevedo. Publicado pelo canal Feminismos Plurais. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Mr94c3ZtLZw&t=1197s>. Acesso em: 12 jun. 2022.
- BAHIA. Defensoria Pública do Estado da Bahia. **Dicionário de expressões (anti) racistas: e como eliminar as microagressões do cotidiano**. Salvador: ESDEP, 2021.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdades no Brasil**. São Paulo : Selo Negro, 2011.
- CANOSSA, Carolina. Qual o real interesse por trás da liberação dos escravos no Brasil? **Super Interessante**, 8 de maio de 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-o-real-interesse-por-tras-da-libertacao-dos-escravos-no-brasil/>. Acesso em: 15 jun. 2022.
- Como aconteceu a escravidão no Brasil? História até a abolição (2021). 1 vídeo (12min26s). Roteiro: Juliana Bezerra de Menezes, 2021. Publicado pelo canal Toda Matéria. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5gtxfHuf5c>. Acesso em: 11 jun. 2022.
- Conhecimento: Lugar que todes falem (2021). 1 vídeo (1h42min21s). Direção: DECOM/UFMS-FW. Frederico Westphalen, 2021. Publicado pelo canal Mão na Mídia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=U6H4RLvc7RI&t=837s>. Acesso em: 13 jul. 2022.
- CORREIO NAGÔ. **Correio Nagô: Informação do seu jeito**. 2008. Página inicial. Disponível em: < <https://correionago.com.br/> >. Acesso em: 12 jun. 2022.
- Diálogo: perspectiva para um jornalismo antirracista (2022). 1 vídeo (1h19min45s). Publicado pelo canal Festival 3i. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WdFrLXdKXmY&t=2341s>. Acesso em: 7 jul. 2022.
- DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.
- EMICIDA: AMARELO - É TUDO PRA ONTEM (2020)**. 1 vídeo (89 min). Dirigido por Fred Ouro Preto. Brasil: Netflix, 2020. Publicado pela plataforma Netflix. Disponível em: Acesso em: 20 jun. 2022.
- ENTRELINHAS: O racismo vai morrer gritando (2021). 1 vídeo (29min46s). Direção: Silvio de Almeida, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OYvsn7X7X10&t=1545s>. Acesso em: 11 jun. 2022.
- FREIRE FILHO, João. **Mídia, estereótipo e representação das minorias**. Revista Eco-Pós. 2009.
- GELEDES. **Portal Geledés**. 1988. Página inicial. Disponível em < <https://www.geledes.org.br/> >. Acesso em
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [Portal do] IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, [s. d.]. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/07/populacao-ibge-2021-22jul2022.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2023.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>.

Acesso em: 16 jun. 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. 1980.

HOFBAUER, Andreas. **Branqueamento e democracia racial: sobre as entranhas do racismo no Brasil**. 2007.

Jornalistas&Cia. **Perfil Racial da Imprensa Brasileira**. 2021. Disponível em: <https://www.jornalistasecia.com.br/files/perfilracialdaimprensabrasileira.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**. episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó,

Francisco. Pode a publicidade ser antirracista?. **Contemporânea, Revista de Comunicação e Cultura**, v. 19, n. 3, p. 13-42, 2021.

MOREIRA, Adilson. **Racismo Recreativo**. São Paulo: Polén, 2019.

MOURA, Clóvis. **Imprensa Negra**. São Paulo ; Edição Fac-Similar, 2002.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Editora Paz e Terra, 1978.

NOTÍCIA PRETA. **Notícia Preta – Jornalismo Antirracista**. 2018. Página Inicial. Disponível em: < <https://noticiapreta.com.br/> >. Acesso em: 12 jun. 2022

OLIVEIRA, Ângela Pereira. A imprensa negra do Rio Grande do Sul e alguns de seus homens. **Revista Espacialidades**, v. 12, n. 01, p. 01-25, 2017.

OSÓRIO, Inês Marinho. **Transporte de escravos no Atlântico: arqueação e mortalidade nos navios negreiros**. IV Encontro Internacional de Jovens Investigadores em História Moderna, 2015.

PODCAST AFETOS. **Afetos: por Gabi Oliveira e Karina Vieira**. [Locução de]: Gabi Oliveira e Karina Vieira. Spotify, 2019. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/3cEqpvXRLIyOZXAJTOERBR?si=f5cc552525464ea9>. Acesso em: 17 jun 2022.

PODCAST AFROPAI: **abraçe podcasts**. Spotify, 2018. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/4KgYdUKOktwLkOiCmDU4BJ?si=534cf32180824f15>. Acesso em: 17 jun, 2022.

PODCAST AFROPAUSA. Spotify, 2019. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/3XYUTyro1XDWSQ6qxudjm5?si=75d638f5be994499> . Acesso em: 17 jun. 2022.

PODCAST AFRORICAS. Spotify, 2020. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/2VAtzc2X36L3mfGXFZHlmm?si=0f85c73a81494159>. Acesso em: 17 jun. 2022.

PODCAST KILOMBAS. Spotify, 2019. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/0pN0feRNbeszJo6L1fcitc?si=2a9fc26c4cb74313>. Acesso em: 17 jun. 2022.

Quorum Comunicação. **Perfil do Jornalista Brasileiro 2021**. 2021. Disponível em: <https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2022/08/RelatorioPesquisaPerfilJornalistas2022x2.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2022.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2019b.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019a.

RKAIN, Jamile. 10 artistas afrobrasileiros que discutem o racismo. **Arte que Acontece**. 2020. Disponível em: <https://www.artequaeacontece.com.br/10-artistas-afrobrasileiros-que-discutem-o->

racismo/. Acesso em: 17 jun. 2022.

RITIVOI, Andreea Deciu. **Empatia, intersubjetividade e compreensão narrativa-lendo as histórias, lenda as vidas (dos outros)**. São Paulo: Letra e Voz, 2018..

SANTOS SOUZA, NEUSA. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SODRÉ, Muniz. Comunicação e Racismo. **Cultne**, [S.l.], 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3tEYGGK>. Acesso em: 12 jun. 2022.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à lava jato**. São Paulo: Editora Leya, 2017.

TRAPP, Rafael Petry; DA SILVA, Mozart Linhares. **Movimento negro no Brasil contemporâneo: estratégias identitárias e ação política**. Revista Jovens Pesquisadores, 2011.

Tribunal Superior Eleitoral. **Expressões racistas: como evitá-las**. Brasília. 2022.

Ynaê Lopes dos Santos. **Racismo brasileiro - Uma história da formação do país**. Todavia, 2022.

ZERO, Arethusa Helena. **Ingênuos, libertos, órfãos e a Lei do Ventre Livre**. In: V Congresso Brasileiro de História Econômica, Anais... Caxambu: ABPHE. 2003.